Impresso Especial 9912164908-DR/SPM APROFEM Mal /PRof CORREIOS... Sede própria: Praça da Sé, 371, 10º andar - CEP 01001-901 - São Paulo/SP ANO XXVII – Nº 143 JAN/FEV DE 2009

Informativo do Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo

EDITORIAL

A Palavra do Presidente

Adentramos um novo ano, que já se afigura pleno de desafios: crise econômica, contenção de recursos, opção pelo lazer doméstico etc.. etc.. Nesse contexto, a **APROFEM** se credencia como Entidade Representativa para atuar de forma diferenciada e privilegiada, defendendo as conquistas e interesses dos servidores municipais que representa.

A Entidade é amplamente conhecida e respeitada pela eficácia da sua atuação e qualificação dos seus diretores e funcionários, pelo acerto dos princípios que regem sua atuação – **independência e apartidarismo** – mais do que nunca atuais, quando assistimos (indignados!) a uma fusão de interesses do governo, de partidos políticos e de centrais sindicais hoje legitimadas e habilitadas a receber dezenas de milhões de reais oriundos dos bolsos dos trabalhadores – situação que repudiamos

Intenta-se, agora, avançar ainda mais nos bolsos dos servidores públicos, cobrando-lhes o imposto sindical (valor de um dia de traba-lho) independente do seu desejo e/ou filiação a qualquer Entidade. A APROFEM já protestou contra o fato e, se o tema evoluir, tudo fará para que os servidores municipais não sejam lesados.

Em eleição ocorrida em dezembro passado, evento amplamente divulgado e ocorrido sem concessão de dispensa de ponto, parcela significativa dos 40.000 filiados da **APROFEM** acorreu às urnas e sufragou a continuidade da nossa gestão. A todos, nossa gratidão e reconhecimento.

E os resultados continuam a aparecer – o compromisso com o crescimento responsável da Entidade e com a aplicação transparente e íntegra dos recursos que arrecada pode ser comprovado nas seguin-

✓ aquisição* da 4ª Colônia de Férias da APROFEM, na aprazível Praia de Boiçucanga, em São Sebastião, litoral norte de São Paulo. São 20 apartamentos em 2.000 m2 de terreno e 800 m2 de área construída, a 150 metros da praia e do centro de compras. Sua utilização pelos filiados deverá ocorrer ainda no 1º semestre, precedida de ampla divulgação.

(*) pagamento já integralmente realizado.

() pagamento la integramente razado.
A aquisção*, em leilão do Banco do Brasil, de imóvel comercial localizado a 2 quadras de estação do Metrô, que passará por reforma e ampliação para ser o Centro de Capacitação e Eventos da APROFEM, em futuro próximo.

(*) pagamento já integralmente realizado. ✓ consolidação do Ambiente Digital **APROFEM**, com o que há de mais moderno na área tecnológica da informática; estrutura para oferta sistemática e sequencial de Cursos a Distância; Canal A-Gente para atendimento exclusivo aos Representantes Sindicais da APROFEM notícias em tempo real; orientações legais e publicações do Diário Oficial; enquetes ... e muito mais!

Poderíamos nos estender em inúmeros outros serviços e nuances da nossa atuação. Entretanto, para um início de ano e de gestão, julgamos suficientes

Valeu a pena? Então divulgue junto aos seus colegas e convide-os para filiarem-se, contribuindo para o fortalecimento da Entidade.

Pronto Atendimento de Saúde: expansão criticada

A decisão de se multiplicar as entidades dedicadas ao pronto atendi-mento (AMAs/UPAs) é criticada por especialistas, que denunciam risco de desvalorização de ações preventivas e queda nos investimentos e na qualidade da atenção básica praticada por postos de saúde e pelo Programa Saúde da Família (responsáveis por atos de prevenção), além de fragmentação ainda maior da rede de atenção à saúde no País, caracte-rizada por várias portas de entrada (vide quadro ao lado) que não garantem saúde integral ao cidadão, princípio do SUS.

A APROFEM editou sua Agenda 2009, distribuída aos filiados, contendo endereços das Unidades de Saúde existentes na Capital. A Entidade pretende realizar uma enquete com os Profissionais de Saúde municipais e demais interessados, verificando qual é o sentimento da maio ria em relação às informações acima e qual é a atuação corporativa que esperam de nós, para compatibilizar os seus interesses funcionais com as necessidades da população.

PORTAS DE ACESSO À REDE PÚBLICA

Programa Saúde da FamíliaEquipes acompanham famílias (preventiva).

Posto de Saúde

Clínico geral, pediatra, ginecologista e dentista atendem com consultas

Ambulatórios de Especialidades Consultas, exames complexos e encaminhamentos de cirurgias.

agendadas

Serviço de resgate com ambulância.

Pronto Atendimento (AMAs e UPAs) Atende casos de pouca complexidade, sem agendamento.

Pronto Socorro e Hospital Atendem emergências, internam e recebem para cirurgias eletivas.

Sugestões e opiniões já podem ser enviadas, através do site da APROFEM, mencionando SAÚDE NO MUNICÍPIO.

Acordo Ortográfico

Telefone/Fax: 3292-5500 (sistema sequencial) - Home Page: www.aprofem.com.br

Em vigor desde $1^{\rm o}$ de janeiro de 2009. Até 31 de dezembro de 2012, as regras tradicionais e as regras novas coexistirão

A partir de 1º de janeiro de 2013, a nova grafia passará a ser a única considerada correta.

As mudanças são ortográficas, e não fonéticas (a pronúncia das palavras continua a mesma).

As principais dúvidas do texto do Acordo Ortográfico

foram esclarecidas pela publicação da segunda edição do dicionário da ${f ABL}$ (Academia Brasileira de Letras) e podem ser identificadas abaixo, nos locais em que surgir a sigla ABL

A partir desta edição do Jornal APROFEM, os editores estão procurando aplicar as novas regras e esperam que eventuais correções e sugestões sejam encaminhadas pelos leitores.

Mudanças ocorridas

AS NOVAS REGRAS

ALFABETO

Com a inclusão do K. W e Y. o alfabeto é agora formado por 26 letras

TREMA

Não existe mais na língua portuguesa – exceto em nomes
próprios e seus derivados (Müller, mülleriano).

Exemplos: aguentar, consequência, cinquenta, quinquênia,
frequência, eloquente, delinquir, pinguim, tranquila,

ACENTUAÇÃO
Ditongos abertos com "ei" e "oi" não são mais acentuados em palavras paroxítonas.

Exemplos: assembleia, plateia, ideia, colmeia, boleia panaceia, Coreia, hebreia, europeia, estreia, boia, paranoia, jiboia, joia, apoio, heroico, paranoico.

Obs. 1: nos ditongos abertos de palavras oxítonas e monossílabas o acento continua

e minosinadas o acentro continua. herói, constrói, dói, anéis, popéis. o acento no ditongo aberto "eu" continua: chapéu, véu, céu, ilhéu, troféu. Obs. 2:

(Ditongo: encontro de uma vogal com uma semivogal / duas vogais pronunciadas em uma só sílaba)

Os hiatos "oo" e "ee" não são mais acentuados Exemplos: enjoo, voo, coroo, perdoo, coo, moo, obençoo, povoo, creem, deem, leem, veem, descreem, releem, reveem, preveem.

(Hiato: encontro de duas vogais que pertencem a sílabas diferentes)

Obsigo circunflexo continua sendo usado para sinalizar o plural dos verbos ter e vir e seus derivados.

Exemplos: Eles têm, eles vêm, eles contêm, eles provêm.

Não existe mais o acento diferencial em palayras escritas da

Exemplos: para (verbo), pela (substantivo e verbo). pelo (substantivo), pera (substantivo) polo (substantivo)

Obs. 1: o acento diferencial permanece no infinitivo do verbo

"pôr" e no pretérito perfeito de "poder" (pôde)
Obs. 2: o acento é facultativo para distinguir "forma" de "fôrma" Não se acentua mais a letra u nas formas verbais rizotônicas, quando precedido de **g** ou **q** e antes de **e** ou i (gue, que, gui, qui)

Exemplos: argui, opazigue, averigue, enxague, oblique.

Acento agudo no i e no u em hiato: Não se acentua mais i e u tônicos em paroxítonas, quando

precedidos de ditongo Exemplos: baiuca, bocaiuva, cheiinho, saiinha, feiura, feiume O acento continua nos demais casos determinados pela

regra anterior. Exemplos: Piauí, tuiuiú, teiú, saúde, viúva, gaúcho.

HÍFENO hífen não é mais utilizado em palavras formadas de prefixos terminados em vogal + palavras iniciadas por rou s, sendo que essas devem ser dobradas.

Seriod que essas deverni ser dobradas.

Exemplos: antessala, antessarástia, autorretrato, antissocial, antirugas, arquirromântico, arquirirvalidade, autorregulamentação, controssenha, extrarregimento, extrassistole, extrasseco, infrassociafrarenal, ultraromântico, ultrassonografia, suprarrenal, suprassensível

Obs.: em prefixos terminados por r, permanece o hífen se a palavra seguinte for iniciada pela mesma letra: hiper-realista, inter-racial, super-resistente.

O hífen não é mais utilizado em palavras formadas de prefixos (ou falsos prefixos) terminados em vogal + palavras

iniciadas por outra vogal.

Exemplos: autoalimação, autoajudo, autoaprendizagem, autoescola, autoestrado, contraindicação, extraescolar, extraoficial, infraestrutura, intrauterino, neoexpressionista, neoimperialista, semiaberto, semiautomático, semiárido, supraocular, ultraelevado

Obs.: esta regra não se encaixa quando a palavra seguinte iniciar por h. Exemplos: anti-herói, anti-higiênico, extra-humano,

semi-herbáceo.

Utiliza-se hífen quando a palayra é formada por um prefixo (ou falso prefixo) terminado em vogal + palavra iniciada pela

mesma vogal.

Exemplos: anti-ibérico, anti-inflamatório, anti-inflacionário anti-imperialista, arqui-inimigo, arqui-irmo micro-ondas, micro-ônibus, micro-orgânico

Não usamos mais hífen em compostos em que, pelo uso, perdeu-se a noção de composição. Exemplos: mandachuva, paraquedas, paraquedista, paravento

Obs.: essa norma não é seguida em todos os casos. Permanece: para-raios, para-brisa, para-daque, para-lama (ABL)

O uso do hifen permanece:

— Em palavras formadas por prefixos ex, vice, soto:
ex-marido, vice-presidente, soto-mestre

- Em palavras formadas por prefixos circum e pan + palavras iniciadas em vogal, M ou N: pon-americon, circum-voegoção, circum-murado (não se usa hifen em todos os demais casos: ponsexual, circuncisão)

Em palavras formadas com prefixos pré, pró e pós + palavras que têm significado próprio: pré-natal, pró-desarmamento, pós-graduação

- Em palavras formadas pelas palavras além, aquém,

além-mar, além-fronteiras, recém-nascidos, recém-casados, sem-número, sem-teto

(ABL) Em palavras formadas pela palavra sub + palavras iniciadas por "h": sub-humano

(ABL) Em palavras terminadas por "b" ("ab", "ob", "sob", "sub") ou "d" ("ad") + palavras iniciadas por "b" ou "r" Exemplos: ad: ad-renal

ab: ab-roaar

sub: sub-reitor, sub-bar, sub-rogar, sub-barrocal

Excecões: 1- adrenalina e adrenalite continuam aglutinadas

pois "são consagradas pelo uso"

2- abrupto e ab-rupto estão corretas, mas a segunda opção é a recomendada

Obs.: grafia definitiva de palavras, segundo a ABL (Academia Brasileira de Letras):

1 – (ABL) prefixos pro, pre, re e co – o uso dos prefixos "pre", "pro" e "re" segue a tradição dos dicionários. Portanto, essas formações se aglutinam, em geral como segundo elemento, mesmo quando este começar por "o" ou "e". O "co" também fica sem hífen.

Exemplos: pro: proeminência, proeminente, proclamação

: proeminenta, proeminente, procumaços progenitor, promover, pronome, propor, prosseguir, prorromper.

: preencher, preeminente, preensão, preestabelecer, preexistente, preexistir reabastecer, reabituar, reabrir, reabilitar, reabastecer, reabilitar, readamitir, reafilmar, reabilitar, reachaste reachaste, reachaste reachaste, rea reagir, reagrupar, reajustar, reanexar, reanimar, reagair, readigutar, reagaistar, reaminitar, reagairecer, reawer, recalir, recarregair, readificar, readitar, readitar, readitar, readitar, readitar, readitar, readitar, readitar, readitar, reamor, rearcontar, reencor, reencord, reencord, reencord, reencord, reamorizar, reamorizar, readitar, reamonizar.

co: coabitação, coabitar, coautor, coautoria, coardar, coardeira, co

2 – (ABL) prefixos carbo e zoo – nos casos em que não houver perda da vogal do primeiro elemento e o elemento seguinte começar com "h", serão usadas as duas formas.

Exemplos: carbo: carboidrato e carbo-hidrato zoo: zooematita e zoo-hematita

o existe mais hífen:

Em locuções de qualquer tipo:

cão de guarda, fim de semana, café com leite, pão de mel, sala de jantar, cartão de visita, cor de vinho, à vontade oboixo de ocerco de

Exceções: água-de-colônia, arco-da-velha, cor-de-rosa, mais-que-perfeito, pé-de-meia, ao-deus-dará, à queima-roupa

(ABL) palavras compostas formadas com elementos repetidos, com ou sem alternância vocálica, devem ser separadas por hífen: blá-blá, zum-zum, reco-reco, pingue-pongue, ı-lenga, zás-trás, tico-tico, zigue-zague.

Diário Oficial da Cidade PUBLICAÇÕES DE INTERESSE DOS SERVIDORES

DOC 29/11/2008

• Portaria SME nº 4.715, de 28/11/2008

Nova redação ao § único do art. 1º da Portaria SME nº 3.681, de 28/08/2008 – CEIs que não contam com serviços terceirizados de preparo da merenda. (Pág. 16)

• HSPM

Relatório resumido da execução orçamentária. (Pág. 82)

Serviço Funerário
 Relatório resumido da execução orçamentária. (Pág. 92)

DOC 02/12/2008 • Portaria SME nº 4.720, de 01/12/2008

Fixa as atribuições gerais dos titulares de cargos de ATE no módulo da UE. $(P\acute{a}g.~10)$

• SMG – Departamento da Merenda Escolar Previsão de matriculados para o ano letivo de 2009. (*Pág. 11*)

Portaria SME nº 4.721, de 01/12/2008
Divulga o repasse de recursos adicionais às UEs da RME que atingiram as metas resultantes da redução do consumo de água e energia elétrica. (Pág. 12)

DOC 03/12/2008

DOC 03/12/2008
Decreto nº 50.285. de 02/12/2008
Cria as EMEFs: EMEF "Jardim Cipramar II", Distrito Grajaú;
EMEF "Granja Nossa Senhora Aparecida", Distrito Cidade
Dutra; EMEF Portunhos, Distrito Grajaú; EMEF "Jardim
Icaral", Distrito Cidade Dutra e EMEF "Vila Santa Maria",
Distrito Cidade Dutra, vinculadas à DRE Capela do Socorro,
da SME. (Pág. 01)

Decreto nº 50.286, de 02/12/2008
Cria e denomina o CEU "Parelheiros", vinculado à DRE
Capela do Socorro, da SME. (Pág. 1)

DOC 04/12/2008

• Orientação Normativa Pref. G nº 02/08

• Orientação Normativa Pref. G nº 02/08

Conversão da pena de suspensão ene multa. (Pág. 3)

• Comunicado CCP nº 039/2008

Prestação de serviço no TRE no período de 1994 a 2000.

DOC 05/12/2008

• Portaria SME nº 4.750, de 04/12/2008
Institui os Quadros Curriculares para as EMEFs, EMEFEMs e EMEEs. (Pág. 10)

DOC 06/12/2008

Devolução de livro didático. (Pág. 7)

DOC 09/12/2008

• Decreto nº 50.302, de 08/12/2008

Cria a EMEF "Cojunto Habitacional Barro Branco II-C", Distrito Cidade Tiradentes, vinculada à DRE Guaianases, da SME. (Pág. 1)

 Decreto nº 50.303, de 08/12/2008 Cria o CEI "Conjunto Habitacional Cangaíba", vinculado à DRE Penha, da SME. $(Pág.\ 1)$

Decreto nº 50.304, de 08/12/2008
Cria a EMEI "Vila Ema", Distrito São Lucas, vinculada à DRE Ipiranga, da SME. (Pág. 1)

• Portaria SME nº 4.764, de 08/12/2008

Base de Cálculo em R\$

De 1.434.60 até 2.150.00

De 2.150.01 até 2.866.70

De 2.866,71 até 3.582,00

Acima de 3.582.00

Até 1.434.59

Portaria SME nº 4.765, de 08/12/2008 Dispõe sobre o processo de escolha/atribuição de turnos de trabalho e de grupos/funções de Volante aos Professores de Ed. Infantil e ADIs Iotados e/ou em exercício nos CEIs da SME. [Pdg. 21] Comunicado IPREM, de 08/12/2008

Tabela de Taxa de Juros praticada pelas consignatárias credenciadas no IPREM para a concessão de empréstimo

credenciadas no IPKEM para a concessão de Emplea.

Pessoal, (Pãg. 29)

Comunicado DRH-G ne 040/2008

Tabela de Taxa de Juros praticada pelas entidades consignatárias credenciadas na PMSP para concessão de empréstimo pessoal. (Pãg. 41)

Página de Noticias III

Pagamento do 13º salário e da GDE. (Pág. de Noticias III)

DOC 10/12/2008

Regimento interno do Conselho do FUNDEB, no Município de São Paulo. (Pág. 16)

de sau rauto. [rag. 10]

Portaria SME nº 4.776, de 09/12/2008

Calendário de Atividades – 2009 das UEs da RME. [Pág. 16)

Comunicado SME nº 1.561, de 09/12/2008

Cronograma do processo inicial de escolha/atribuição de tumos e de classes/aulas para 2009 aos Professores da RME que atuam nas Escolas Municipais. (Pág. 32)

Comunicado SME nº 1.562, de 09/12/2008
Cronograma do processo de escolha/atribuição de turnos de trabalho, e de grupos e funções de Volante aos Professores de Ed. Infantil e ADIs para 2009. (Pág. 33)

Comunicado SME nº 1.563, de (09/12/2008 Resultado Final. Escolha de unidade de lotação em caráter definitivo — titulares de cargos anteriormente denominados Professor Adjunto. (Pag. 39)

DOC 11/12/2008

Portaria SME nº 4.794, de 10/12/2008

Introduz alteração na Portaria SME nº 4.081, de 30:09/2008, que dispõe sobre a aquisição e distribuição dos Uniformes e Kits Escolares para os alunos da RME. (Pág. 14)

Listagem prévia da Progressão Funcional – nível médio e nível básico. (Pág. 33)

DOC 13/12/2008

• Orientação Normativa SMG-G nº 003/2008

Pagamento de indenização por férias não gozadas. (*Pág. 3*) SMG/DME

Portaria SME nº 4.830, de 12/12/2008
 Prorrogação dos afastamentos até 31/12/2009 para min aulas em entidades conveniadas com a SME. (Pág. 17)

Portaria SME nº 4.831, de 12/12/2008
 Portaria SME nº 4.831, de 12/12/2008
 Prorrogação dos afastamentos até 31/12/2009 para exercício no âmbito das DREs, CONAE, DOT e Gabinete da SME. (Pdg. 17)

Portaria SME nº 4.832, de 12/12/2008
 Prorrogação dos atos de designação dos Profissionais de Educação até 31/12/2009 para exercer a função de Professor de Apoio e Acompanhamento à Inclusão nos CEFAIs. (Pág. 17)

Parcela a Deduzir

107 59

268.84

483.84

662.94

 Portaria SME nº 4.833, de 12/12/2008 Profissionais de Educação designados por construir de su construir d cronssionais de Educação designados para STEs nos CIEJAs passam a responder pela atividade correspondente à Con-2 nação Geral, à Assistência à Coordenação, aos aspectos pedagógicos e educacionais. (Pág. 17)

dagógicos e educacionais. (1 αg. -• IPREM Declaração de Família. (Pág. 45)

DOC 16/12/2008

DOC 16/12/2008

*Decreto #° 50.321, de 15/12/2008

Correspondência de Escola Municipal EMEF "Manoel Vieira de Queiroz Filho" no CEU "Parelheiros". (Pdg. 1)

*Decreto #° 50.325, de 15/12/2008

Cria a EMEI "Recanto dos Humildes I", Distrito Perus, vinculada à DRE Pirituba, da SME. (Pdg. 1)

DOC 17/12/2008

• Portaria SME nº 4.848, de 16/12/2008

Altera o art. 4º da Portaria SME nº 4.064, de 29/09/2008.

Define a ordem de classificação em escalas próprias no processo de escolha/atribuição. (Pág. 9) Portaria SME nº 4.849, de 16/12/2008

Dispõe sobre a designação de Professores efetivos para regência nas EMEEs. $(P\acute{ag},~9)$

DOC 18/12/2008

Portaria IPREM nº 83, de 17/12/2008 Recadastramento do Recadastramento dos servidores ativos, inat tas do IPREM para 2009. (*Pág. 23*) Comunicado SME nº 1.589, de 17/12/2008

Relação dos CEIs que funcionarão como Unidades-Pólo durante o mês de janeiro de 2009. (Pág. 40)

DOC 20/12/2008

• Decreto nº 50.337, de 19/12/2008

• Regulamenta a Lei nº 14.439, de 19/06/2007, que dispõe sobre a reciclagem e a utilização de material reciclado no âmbito da Administração Pública Municipal. (Pág. 3)

• Orientação Normativa SMG nº 02/2008

Reembolso ao órgão ou entidade cedente, nos casos de afastamento de servidores ou empregados públicos. (Pág. 6)

• HSPM

HSPM
Balancete Financeiro em 30/11/2008. (Pág. 95)

DOC 24/12/2008

Lei nº 14.864, de 23/12/2008 Concede isenção do ISS aos profissionais liberais e autôno-

Concede isenção do ISS aos profissionais liberais e autônomos. (Pág. 5)
Decreto nº 50.347, de 23/12/2008
Dispõe sobre o pagamento da GDE relativa ao exercício de 2008. (Pág. 5)
Parecer CME nº 134/08
Ampliação de Dissino Fundamental para 9 anos. (Pág. 15)
Portaria SME nº 5.076, de 23/12/2008
Dispõe sobre corderidense fos de classificação dos Supervisores Escolares efetivos para escolha/atribuição de setores de supervisão nas DRISE. (Pág. 46)
Instrução Normativa SF/SUREM nº 13, de 23/12/2008
Dispõe sobre a concessão de isenção parcial do IPTU referente ao imóvel integrante do patrimônio de aposentado, de pensionista, de beneficiário. (Pág. 18)

DOC 25/12/2008

Decreto nº 50.351, de 24/12/2008 Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso. (Pág. 9)

DOC 30/12/2008

• Portaria SMG-G nº 131/2008

Estabelece procedimento para recadastramento dos sres públicos municipais ativos, inativos e pensioni Administração Direta no exercício de 2009. (Pág. 7)

DOC 31/12/2008

DOC 3/1/22008

Estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2009. (Pdg. 3)

Decreto nº 50.362, de 30/12/2008

Transfero o Departamento da Merenda Escolar –DME para a SME. (Pdg. 3)

Decreto nº 50.363, de 30/12/2008

Cria a EMET "Conjunto Habitacional Sítio Conceição II", Distrito Cidade Tiradentes, vinculada à DRE Guaianases, da SME (Pdg. 3) SME. (Pág. 3) SMG/DRH

Promoção por merecimento ano base 2007/exercício 2008 · Retificação da lista prévia. (Pág. 43)

DOC 01/01/2009 • Lei nº 14.872, de 31/12/2008

Dispõe sobre a ampliação dos períodos da licença gestante, da licença por adoção e da licença-maternidade especial.

"É DEVER DO FUNCIONÁRIO ESTAR EM DIA COM AS LEIS,

REGULAMENTOS, REGIMENTOS, INSTRUÇÕES E ORDENS DE SERVIÇO QUE DIGAM RESPEITO ÀS SUAS FUNÇÕES." (LEI Nº 8.989/79 - ART.178-XI)

DOC 06/01/2009

*Lei nº 14.873, de 05/01/2009

Institui a Gratificação de Desempenho de Controle Ambiental, a ser concedida aos integrantes da carreira de Especialista em Meio Ambiente. (Pág. 1)

*Lei nº 14.874, de 05/01/2009

Confere nova normatização ao Constituição.

tura. (Pág. 1) Lei nº 14.876, de 05/01/2009

Dispõe sobre a alteração de dispositivos das Leis nº 13.271, de 05/01/2002; nº 13.652, de 25/09/2003; nº 14.660, de 26/12/2007; nº 14.709, de 03/04/2008; nº 14.713, de 04/04/2008 e nº 14.715, de 08/04/2008. (Pág. 4)

• IPREM
Termo de Convênio: 129/IPREM/2008. Consignatária: APROFEM. (Pág. 12) SMG/DRH

Recadastramento 2009 – Servidores Municipais da Administração Direta (ativos, inativos e pensionistas). (Pág. 21)

DOC 08/01/2009

*Lei nº 14.879, de 07/01/2009

*Cria a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU e introduz alterações em outras leis. (Pág. 1)

*Decreto nº 50.366, de 07/01/2009

*Altera a denominação da SRG. (Pág. 7)

*Portaria SMG nº 02/2009

*Erabala de frais de frais de considerace de la consideración de la consid

гопапа SMU nº UZ/2009 Estabelece critérios para a fruição de férias dos servidores municipais que operam com Raio-X e Substâncias Radioati-vas. (Pág. 10)

DOC 09/01/2009

DOC 09/01/2009

Decreto nº 50.369, de 08/01/2009

Introduz alterações nos artigos 9º e 15 do Decreto nº 50.365, de 30/12/2008, publicado em DOC de 31/12/2008. (Pág. 1)

de 30/12/2008, publicado em DOC de 31/12/2008. (*Pag. 1)

DOC 10/01/2009

Cria a EMEL "Jardim Novo Parelheiros I", Distrito Parelheiros, vinculada à DRE Capela do Socorro, da SME. (*Pág. 1)

SME / DRE Butantã
Novos números de telefones da DRE Butantã. (*Pág. 11)

Orientação Normativa SNJ-G nº 01/2009

Autoriza os Procuradores Municipais a não interpor recursos nas situações que especifica. (*Pág. 21)

- Lei nº 14.877, de 08/01/2009

Altera a denominação do CEU "Vila Curuçá" para CEU "Vila Curuçá - Irene Ramalho". (*Pág. 68)

- Lei nº 14.878, de 08/01/2009

Altera a denominação do CEU "Parque Veredas" para CEU "Parque Veredas - João Antonio da Silva". (*Pág. 68)

DOC 13/01/2009

• Portaria SMS-G nº 131/2009

Altera a composição do Comitê Gestor de Estruturação da Autarquia Hospitalar Municipal. (Pág. 15)

Tabela de Taxa de Juros para concessão de emp pessoal referente ao mês de Janeiro/2009. (Pág. 22)

DOC 14/01/2009 • Decreto nº 50.377, de 13/01/2009

Dispõe sobre a transferência das atribuições afetas à Secreta-ria Especial de Desburocratização para a Secretaria Munici-pal de Modernização, Gestão e Desburocratização. (Pág. 1)

pat de Modernização, (vestato e Desburocratização, (vag. 1)
Decreton e 50.378, de 130/12009
Transfere para a Secretaria Executiva de Comunicação, da
Secretaria do Governo Municipal, a Central de Atendimento
156, o Portal da Prefeitura do Município de São Paulo na
Internet, o Comitê Gestor do Serviço de Atendimento ao
Cidadão, a subordinação técnica do SAC e as atribuições
previstas na Lei nº 13.166, de 05/07/2001. (Pág. 1)

Portaria SMG-G nº 04/2009 Institui o formulário próprio "Termo de Opção", destinado à realização da opção prevista nas Leis nº 14.713, nº 14.600 e nº 14.715. ($P\dot{a}g$, 4)

DOC 15/01/2009

Portaria Pref. G nº 64, de 14/01/2009 Prazo para adoção de medidas necessárias à transferência do Departamento da Merenda Escolar–DME para a SME. (Pág. 3) Portaria SME nº 143, de 14/01/2009
Constitui Grupo de Trabalho para analisar situações de acúmulo de cargo, decorrentes das novas disposições da Lei nº 14.660/07. (Pág. 11)

AGENDA DE CURSOS

FEVEREIRO/MARCO/ABRIL DE 2009

CURSOS DE 12 HORAS

Local: Sede da APROFEM Praça da Sé, 371 – 10º andar

O texto na escola - Tramas de um

Musicalizando a escola: Vivências

e práticas musicais para a Educação Infantil e Ensino Fundamental Dias: 28/02/2009 e 07/03/2009, das 8h às 14h

de habilidades e competências Dias: 14/03/2009 e 21/03/2009, das 8h às 14h Lendo na escola lendo a escola

Diag: 28/03/2009 e 04/04/2009, das 8h às 14h

SEMINÁRIOS DE 8 HORAS

Brincar na infância e suas teorias Dia: 28/02/2009, das 8h às 17h

LAN HOUSE DE 12 HORAS

Local: New Cyber Office - Alameda Glete, 1049

Blog do Professor. Aprenda a criar e seja o próprio moderador do blog, disponibilizando conteúdo pedagógico para os alunos. Dias: 14/03/2009 e 28/03/2009, das 8h às 14h

no computador Dias: 04/04/2009 e 18/04/2009, das 8h às 14h

EXCURSÕES: SEMINÁRIOS DE 8 HORAS São Paulo: suas histórias através

Produção de histórias em quadrinhos

História em Ouadrinhos

Dia: 14/02/2009 into de encontro: Porta da APROFEM, às 8h30

Museu da Língua Portuguesa e Pinacoteca do Estado Dia: 21/03/2009 Ponto de encontro: Porta principal

da Pinacoteca, às 8h30 Masp e Museu Lasar Segall Dia: 25/04/2009 Ponto de encontro: Porta do MASP, às 8h30

Inscrições e informações na ABITEP, fone/fax: (11) 3159-1887, ou pelo e-mail: abitep@abitep.org.br



Auxílio-Refeição e Vale-Alimentação.

INFORMATIVO DO SINDICATO DOS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO

Jornal APROFEM é uma publicação bimestral da APROFEM, dirigida aos Professores e Funcionários funicipais de São Paulo. Jornalista Responsável pela diagramação, Janio T. Ribeiro - MTb 12.3 OS ARTIGOS ASSINADOS SÃO DE EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES. mação Janio T Ribeiro - MTh 12 359

> Tiragem: 65.000 exemplares Circulação Dirigida com Distribuição Gratuita

EXPEDIENTE

Imposto de Renda na Fonte

As deduções para fins de apuração do imposto a pagar são: R\$ 144,20 por dependente; pensão alimentícia integral; contribuição ao IPREM e devem ser requeridas na Unidade. Aposentados com 65 anos ou mais têm direito a uma dedução extra de R\$ 1.434,59 no benefício recebido da previdência pública ou privada.

Não constituem base de cálculo recebimentos de caráter indenizatório, Auxílio-Transporte,

Alíquota %

7.5

15

22,5

27.5

DIRETORIA EXECUTIVA PRESIDENTE - ISMAEL NERY PALHARES JUNIOR VICE-PRESIDENTE - MARGARIDA PRADO GENOFRE TESOUREIRO GERAL - YOSHIMI TAKIUCHI 1º TESOUREIRO - REGINA DRUKIER WAINTROB 2º TESOUREIRO - REGINA CLEMENTINA PAGLIONE

Produção Gráfica: J.T. Ribeiro

Diretor Responsável: ISMAEL NERY PALHARES JUNIOR

SECRETÁRIO GERAL - ELIANA DE GODOY SECULIN 1º SECRETÁRIO - ANTONIO BRAGA 2º SECRETÁRIO - ARNALDO RIBEIRO DOS SANTOS

LEILA MARTINEZ SOUTO BENILDE SILVA JOSÉ FLÁVIO PINTO ELAINE BARRIONUEVO BELMONTE KIM MARCIA MELLO CAMARGO MOACYR NERY PALHARES _DEPARTAMENTOS

I - Especialistas ANA LUCIA BOUCAULT PIVARI CLEONICE MORAES GIORDANO
JOSEFINA DE ASSUNÇÃO CARMASSI MIGUEL SILVIA GOUVEIA OLIV SILVIA GOUVEIA OLIVEIRA

CONSELHO FISCAL

BERISVALDO GONÇALVES FERREIRA EUGENIO GILES NETTO JOSÉ GHIOTTO NETO WALDIR SOALHEIRO SEGURA

III - Apoio à Educação (Administrativos e Operacionais) JOÃO LOPES DE MACEDO MARCIA NUNES TORRES MONIKA GIZELA PILLAT PAULO SOARES DA ROCHA ROGÉRIO ALVES DIAS

SEDE PRÓPRIA: PRAÇA DA SÉ, 371, 10º ANDAR - CEP 01001-901 - SÃO TELEFONE/FAX: 3292-5500 (SISTEMA SEQÜENCIAL) - HOME PAGE: WWW.APTO

sujeito leitor e escritor Dias: 07/02/2009 e 14/02/2009, das 8h às 14h

O jogo de xadrez e a aquisição

Local: ABITEP - Rua Frei Caneca, 91 conj. 32 Leitura, não apenas decodificação: mas como ensinar a ler? Dia: 07/02/2009, das 8h às 17h

A interdisciplinaridade como recurso pedagógico: temas transversais Dia: 07/03/2009, das 8h às 17h

CURTAS **CURTAS CURTAS CURTAS**

SERVIDORES MUNICIPAIS SEM ABONO

Os servidores municipais da Capital ficaram sem o abono de R\$ 380,00, previsto para ser concedido em dezembro de 2008,

desde que houvesse disponibilidade orçamentária e financeira.

Pelo que se divulgou, havia recursos no final do ano; entretanto, o sr. Prefeito optou por "usá-los como reserva para fazer frente à crise e à possível queda de receita dela decorrente". Como a decisão do Governo Municipal tem amparo legal, mais uma vez o servidor "pagou o pato... e o mico"!

ATENTADO CONTRA O PROFESSOR

A Secretaria de Estado da Educação de São Paulo divulgou estudo que aponta "que o aumento das faltas dos professores da rede estadual tem relação direta com a dificuldade de aprendizagem dos estudantes"; acena com um modelo estatístico para con-cluir que "a cada ponto de aumento no percentual de faltas dos docentes, a nota média do aluno cai 7,5% em português e 8,5% em aocentes, a nota meata do atuno cat 1,3% em portugues e 6,3% em matemática". Diz ainda que "quando o professor falta, quebra o desenvolvimento das atividades... o vínculo afetivo com crianças se quebra e a aprendizagem é dificultada... o professor substituto não é perfeito, mesmo que esteja preparado."

A APROFEM deplora o maquiavelismo implícito em initiado esta proparado esta por a considera de la consequencia de consequenci

vas governamentais como essa e faz sua a posição de uma entidade dos professores estaduais: "a secretaria, em vez de gastar tempo e dinheiro com estudos como esse, deveria investir na melhoria das condições do professor... se houvesse investimento nos educadores, não haveria absenteísmo. Mas o governo prefere diminuir as faltas por decreto, sem analisar as condições de trabalho... algu-mas das ações necessárias são diminuir o número de alunos por sala e dar condições para que os docentes não precisem lecionar em duas ou três escolas – além de aumento salarial". Os docentes municipais também ressentem-se de medidas e

estratégias de mídia oficiais e exigem, sobretudo, respeito e compromisso das autoridades e da população usuária.

DESCOBRIRAM A PÓLVORA

O governo estadual fez parceria com instituições do terceiro setor para implementar, experimentalmente, em dez escolas da Capital com os piores resultados nas avaliações oficiais, um modelo de gestão inspirado na bem-sucedida reforma educacional implementada em Nova York.

No prazo de três anos serão implantadas as seguintes medidas: √ apoio técnico para:

criar mecanismos de gestão e supervisão do trabalho peda-

reforçar o compromisso de diretores, funcionários e pais com o desempenho dos alunos; – incluir a formação no trabalho do professor-coordenador; – aumentar o envolvimento das famílias e melhorar o desem-

- penho dos alunos, inclusive com a presença de uma pessoa atuante da comunidade em tempo integral e disponível para visitar as famílias dos alunos ausentes, em atividade remunerada.

✓ especialistas em língua portuguesa e matemática orientarão professores nas aulas.
 ✓ a frequência e a rotatividade dos alunos serão monitoradas.
 ✓ os casos de violência passarão a ser registrados.

Em Nova York, a recuperação do sistema educacional foi

- iniciada em 2001, com:
 eliminação da superlotação das salas
- revisão das grades curriculares defasadas;
 aumento dos salários dos professores e estímulos financeiros para que morassem próximo ao local de trabalho, atraindo profissionais qualificados em todo o país;
- ampliação das prerrogativas dos diretores, que passaram a ter autonomia para gerir recursos, elaborar currículos, substituir pro-
- fessores desmotivados e estruturar equipes de apoio; avaliação da atuação dos diretores, adotando-se medidas severas nos casos de desempenho insatisfatório;
- criação de equipes de coordenadores encarregados de desenvolver uma cultura de respeito mútuo entre estudantes, bem como equipes de segurança com a incumbência de identificar pontos de tensão nos corredores e escadarias, antes que a situação saísse de

 cada aluno passou a ser testado quatro ou cinco vezes ao ano, para avaliar seu progresso individual e identificar problemas de aprendizagem. Os estudantes disfuncionais passaram a ser tratados com maior rigor e os país passaram a ser chamados para ajudar na aplicação das sanções disciplinares.

na aplicação das sanções disciplinares.

Por aqui, a legislação educacional e a que trata da "proteção à criança e ao jovem" (que podem ser alteradas!) dificultam hoje a aplicação de algumas dessas medidas. No entanto, o governo estadual (e o municipal da Capital, porque não?) melhor fariam se contivessem o desperdício de recursos da educação com a terceirização de serviços e da alimentação escolar, com obras supresendadas desperadeções e acua para estada escritoração. suntuosas e desnecessárias e com o exacerbado assistencialismo, direcionando esses recursos para ampliar essa "experiência" de óbvios bons resultados, se conduzida **com compromisso e** seriedade de propósitos.

BÔNUS NA EDUCAÇÃO

O governo municipal anunciou que o pagamento de gratificação aos educadores será balizada pelo desempenho das unidades, com a promessa de que os critérios para a fixação de metas serão previamente discutidas com os profissionais da rede municipal de ensino.

A APROFEM participará de qualquer processo que vise pro-mover alterações que afetem a vida funcional de seus representa-dos, não admitindo injustiças e retrocessos.

ESPECIALIZAÇÃO - LATO SENSU: ARQUEOLOGIA, HISTÓRIA E SOCIEDADE

O curso tem por finalidade fornecer subsídios para o professor da rede pública ou privada que possibilitem, por um lado, o trabalho com a documentação arqueológica no ensino da História do Brasil, da América e da Antiguidade e, por outro, a ampliação do processo de educação patrimonial. Com a especialização em Arqueologia o aluno, além de enriquecer seus conhecimentos junto às culturas pré-históricas e históricas do Brasil e do mundo, terá também possibilidade de iniciar-se nas atividades de Trabalho de Campo em Arqueologia, Museologia e Patrimônio Histó-rico-Arqueológico. Para maiores informações, ver site da Unisa:

www.unisa.br. Se preferir, pode mandar e-mail para o coordenador do curso, Prof. Dr. Vagner Carvalheiro Porto: vc.porto@uol.com.br.

PREJUÍZO AOS SINDICALIZADOS

A APROFEM reitera seu apelo à SME para que reverta os prejuízos funcionais causados por decisão judicial que cancelou a dispensa de ponto para a participação em eleição de outra Entidade, na véspera do evento cocorrido em maio do ano passado.

As consequências dessa decisão afetaram também a APROFEM,

que não obteve dispensa de ponto para a sua eleição de Diretoria. em dezembro passado, sob a alegação de que o assunto encontrava-

CURSO A DISTÂNCIA

A APROFEM realizou, com sucesso, o Curso a Distância "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena: estudo das relações étnico-raciais visando à construção de uma sociedade mais justa" Milhares de interessados concluíram com hom aproveita mento este Curso e receberão, em breve, o Certificado de Participação devidamente cadastrado no sistema EOL - GERFUNC

Novos Cursos a Distância serão oferecidos em breve, contemplando os interesses dos diversos segmentos de servidores muni-cipais com temas das áreas: administrativa, saúde, educação, cultura, esportes e lazer; além de outros específicos sugeridos pelos interessados

As sugestões de temas podem ser enviadas para a APROFEM do seu site, mencionando TEMA PARA CURSO A DISTÂNCIA.

GT VAI DISCUTIR ORGANIZAÇÃO SINDICAL

"Foi formado dia 14/01 último, durante encontro entre represen tantes da Secretaria de Relações do Trabalho (SRT) do Ministério do Trabalho e Emprego e das centrais sindicais, em Brasília, um Grupo de Trabalho (GT) que vai debater a questão da organização sindical do servidor público. Esse é o primeiro desdobramento do seminário ocorrido nos dias 16 e 17 de dezembro de 2008, quando o assunto foi debatido pelos vários setores sociais envolvidos.

Na ocasião, o encontro abordou temas como a contribuição

sindical defendida como meio de viabilizar o controle do dinheiro público utilizado por meio das centrais; o direito de greve a ser estendido aos servidores sindicalizados; a diferenca entre unidade (como sindicato forte) e a unicidade (como monopólio de representação), e a liberdade sindical.

A primeira reunião do grupo está marcada para o dia 10 de março e deverá discutir a diferença da organização sindical do servidor público para o trabalhador da iniciativa privada. Os ttes do GT serão indicados pelas centrais e pelo MTE. htp://www.brasil.gov.br/noticias/ultimas_noticias/mte_140109

DECLARAÇÃO DE FAMÍLIA

O servidor municipal em atividade deve atualizar a Declaração de Família até 31 de janeiro de cada ano (artigo 178, inciso VII, da Lei nº 8.989/79) e os **servidores aposentados**, quando necessário (ou seja, somente quando alguma informação pesmudar), devem atualizar sua Declaração de Família diretae e no IPREM-SP.

VOCÊ SABIA?

- A Lei n^{α} 3.359, de 07/01/2002, dispõe que: Fica proibida a exigência de depósito de qualquer natureza, para possibilitar a internação de doentes em situação de urgência nergência, em hospitais da rede privada. Comprovada a exigência do depósito, o hospital será obriga-
- do a devolver em dobro o valor depositado ao responsável pela

Ficam os hospitais da rede privada obrigados a dar possibilidade de acesso aos usuários e a afixarem em local visível a

Esta lei deveria ser divulgada, mas está praticamente escondida! E isso vem desde 2002! Já estamos em 2009!

(Colaboração do Prof. Pascarelli)

EDUCADORES MUNICIPAIS RECEBERAM A GDE

A segunda parcela da GDE (Gratificação por Desenvolvimento Educacional) foi paga no dia 24 de dezembro p.p., juntamente com o salário de dezembro. Correspondeu à diferença entre o valor total de R\$ 2.400,00 e o valor da primeira parcela, já paga no

mês de junho passado. O pagamento foi regulamentado através dos Decretos $n^a 49.588$, de 09/06/2008 e $n^a 50.347$, de 23/12/2008, lembrando-se que os professores em Jornada Básica Docente receberam 75% da gratificação, enquanto os professores na Jornada Básica do Professor receberam 50%.

Os Professores de Educação Infantil, a exemplo do que ocor reu no pagamento da primeira parcela, receberam, de forma equi-vocada, o correspondente à JBD, ou seja, 75% do valor previsto.

A APROFEM apresentou o problema à Secretaria Municipal

de Gestão e obteve o compromisso de regularização do pagamento da diferença para o mês de janeiro de 2009.

As disposições do Decreto nº 50.347, de 23/12/2008, aplicam-se à Gratificação por Desenvolvimento Sócio-Educativo (prevista para os Professores de Educação Infantil e ADIs em exercício nos CCIs e outras Unidades equivalentes).

ALERTA AOS GESTORES E AOS SERVIDORES EM PERÍODO PROBATÓRIO

O Diário Oficial de 09/01/2009 publicou a determinação do

processamento de **Aplicação Direta de Penalidade** em servidores que, como chefias, não representaram contra servidor, ante a configuração de sua **inassiduidade** durante o período de estágio

LICENÇA-GESTANTE DE 180 DIAS PARA A SERVIDORA MUNICIPAL DA CAPITAL

Entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 2009 e terá efeito para as servidoras cujo término de licença-gestante ocorra a partir da data da publicação. Neste caso, o período da licença será estendido por mais 60 dias

A licença de 180 dias é válida também para as licenças maternidade especial e adoção

ESTÁGIO NO IPREM

Através da Resolução nº 661, de 16/01/2009 (DOC 17/01/2009,

pág. 20) o IPREM instituiu o seu novo Sistema de Estágios, adequado às disposições da Lei Federal nº 11.788/08.
O novo Sistema prevê a concessão, anualmente, de até 50 bolsas-treinamento a estudantes de ensino superior, de educação profissional ou de ensino médio regular, a título de estágio de complementação educacional.

O servidor público municipal poderá concorrer à bolsa-treina-

mento, desde que haja compatibilidade de horários e sejam atendidas outras condições previstas na Resolução acima citada

ESCOLA PARA PROFISSIONAIS DA SAÚDE

O CEFOR - Centro de Formação e Desenvolvimento dos Trabalhadores da Saúde é um órgão da Coordenação de Recursos Humanos da Secretaria Municipal da Saúde (SMS) que coordena os cursos de desenvolvimento profissional destinados prioritaria-mente aos servidores da SMS, além de registrar e divulgar as informações referentes às atividades de formação profissional realizadas na rede.

A atuação desse órgão ganha maior destaque quando se constata a relevância da capacitação dos servidores para a sua vida funcional (progressão/evolução/promoção) e para a satisfação da população usuária dos órgãos de saúde

ALTERAÇÕES EM LEIS DE INTERESSE DOS SERVIDORES

A Lei nº 14.876, de 05 de janeiro de 2009, alterou a Lei nº 14.660/07 e 14.709/08 (veja encarte), além de dispositivos do Quadro dos Profissionais da Saúde, optantes ou não pelo Plano de Carreiras, além de servidores admitidos ou contratados por tempo determinado, na Saúde (veja a íntegra da Lei em nosso site).

REMOÇÃO POR PERMUTA - RESULTADOS COMEÇAM A SER DIVULGADOS

Os DOCs de 17 e 22/01/2009 divulgaram resultados de remoções por permuta de diversas Diretorias Regionais de Educação.

Quem se inscreveu na DRE deve consultar o Diário Oficial para ver se a sua situação já foi resolvida.

O prazo para esse tipo de remoção vai até o final do mês, mas lembramos que, quando a APROFEM esteve na SME, o sr. Secretário assegurou que procuraria resolver os problemas criados com o processo de remoção/fixação de lotação de 2008, em caráter excepcional. Assim, temos a expectativa de publicação de mais permutas.

A APROFEM disponibilizou o seu site para que os filiados

interessados anunciem a sua intenção de permutar. Há dezenas de anúncios para diversos cargos, que podem ser consultados pelos filiados. É relevante esclarecer que a intenção oficial pela permuta só se concretiza através da inscrição na DRE (Diretoria Regional de Educação).

RECADASTRAMENTO 2009

A Prefeitura da Cidade de São Paulo realizará o recadastramento de todos os servidores da Administração Direta, no mês do seu aniversário, conforme Portaria 131/SMG-G/2008 publicada no DOC de 30/12/2008.

O servidor ativo realizará o recadastramento na sua URH ou SUGESP

Já para os inativos e pensionistas será enviado, para a sua residência, o Formulário de Recadastramento contendo as instru-

ções de preenchimento e os locais de entrega. Saiba mais em www.prefeitura.sp.gov.br/recadastramento

Convênios & Serviços

Colônias de Férias da APROFEM

1º Semestre de 2009: Cronograma de uso das Unidades de Peruíbe, Praia Grande e São Roque-SP

Reservas diretamente com o Setor de Convênios da APROFEM, mediante pagamento, sem sorteio

Para uso em FEVEREIRO de 2009:	0	Reservas abertas a partir do dia 05/01/2009.
Para uso em MARÇO de 2009:	0	Reservas abertas a partir do dia 04/02/2009.
Para uso em ABRIL de 2009:	0	Reservas abertas a partir do dia 04/03/2009.
Para uso em MAIO de 2009:	0	Reservas abertas a partir do dia 06/04/2009.
Para uso em JUNHO de 2009:	(3)	Beservas abertas a partir do dia 06/05/2009

Representantes Sindicais nas Unidades **Educacionais**

Um novo ano se inicia e, em breve, as Unidades Educacionais escolherão seus Representantes Sindicais para o ano de 2009.

É um momento propício para fazermos al-gumas reflexões a respeito da importância de ue se revestem esses que irão ter a responsabilidade de representar a APROFEM dentro do seu local de trabalho e, ao mesmo tempo, constituir-se em legítimos portadores do pensamento do coletivo desse mesmo local.

À guisa de contribuição para com nossos representados, apresentamos alguns dos requisitos que precisam estar presentes na-queles que se dispõem a tão árdua quanto relevante tarefa:

- saber ouvir
- · ser capaz de sintetizar as idéias (sem comprometer seus conteúdos)
- · conseguir expressar-se com clareza e precisão
- · ter credibilidade entre seus colegas
- estar disposto(a) a difundir as informações recebidas
- ter compromisso com a responsabilidade assumida
- ser assíduo(a) e pontual na frequência às reuniões (ou, na impossibilidade do comparecimento, acionar seu suplente)
- ser atuante e participativo(a) em sua Unidade

Além disso, também é desejável que o Representante possua um endereço eletrônico (e-mail), uma vez que a APROFEM manterá uma comunicação constante também por esse meio, com seus Representantes (Canal A-Gente)

Mas, afinal, por que é tão importante valorizar os Representantes Sindicais?

A resposta é simples: com a redução do número de representantes para apenas 2 (dois) por Unidade Educacional, seu papel cresceu em relevância, pois será preciso representar proporcionalmente um número maior de pessoas com formação escolar variada, problemas diferentes, horários diversos, opiniões distintas etc., o que exige dessa representação muito mais que o simples comparecimento às reuniões bimestrais

Ouem já desempenha esse papel há algum tempo tem a segurança de que este trabalho vem sendo valorizado e facilitado pela atuação da APROFEM, que sempre buscou qualificar seus Representantes.

Aos que já nos honram com sua dedicação e aos que desejarem encarar mais esse desafio, fica aqui nosso convite para que concorram, em suas Unidades Educacionais, à eleição para ser um Representante da APROFEM

AGUARDEM O ENVIO DA ATA DE ELEIÇÃO E A REGULAMENTAÇÃO DO PROCESSO

Atenção: A partir de 2009, o Representante Sindical atuante terá desconto de 20% nas estadias nas Colônias de Férias Próprias da APROFEM, extensivo aos acompanhantes (exceto períodos sujeitos a sorteios). Esse desconto será progressivo e poderá chegar a 50% para a pessoa do Representante, dentro de critérios que serão estabelecidos pela Entidade

Você conhece o papel dos Representantes Sindicais e o do Grupo de Assessoria aos Representantes Sindicais?

A indicação de Representantes Sindicais é feita por eleição, dentre seus pares, no início de cada ano, ocasião em que enviamos a todas as unidades de trabalho a Ata de Eleição de Representantes Sindicais

O que é um Representante Sindical?

Representante Sindical é aquele que representa, é aquele que leva e expressa as idéias do grupo de uma maneira fiel e que sabe defender essas posições. Ao retornar das reuniões do Sindicato, ele deve saber colocar para aqueles que o escolheram o que foi debatido, o que foi discutido e o que foi apresentado para ser objeto de reflexão por parte de todos os filiados e, sempre que possível, também dos servidores ainda não filiados. É como um caminho de duas mãos: o Representante representa o seu local de trabalho no Sindicato e, inversamente, é o representante do Sindicato em seu local de tra-balho. Quem precisa estar constantemente avaliando a atuação desse Representante Sindical é o próprio grupo que o elegeu, seja aferindo o trabalho que ele faz após as reuniões, seia analisando o seu trabalho junto aos seus pares durante o período compreendido entre uma reunião e outra.

Uma vez eleito, o que o Representante Sindical deve fazer para, efetivamente, jus-

tificar perante seus pares a sua indicação? Ele deve sempre comparecer às Reuniões de Representantes Sindicais. Se não puder fazê-lo, deve procurar o seu Suplente e pedir-lhe, com tempo hábil, que vá em seu lugar à reunião, para que sua Unidade, ou o seu grupo, não fiquem sem representação. Isto é uma responsabilidade muito grande. Participar da Reunião de Representantes

Sindicais não deve ser apenas uma atividade interessante para ele. Ao comparecer às reuniões, deve estar ciente de que estará ouvindo ou até opinando, debatendo e, eventualmente, até deliberando acerca de diversas questões de interesse da categoria e que, en quanto Representante Sindical, é seu dever levar o fruto desse trabalho à sua Unidade. Basicamente, esse é o trabalho: compare-cer às reuniões e dar um retorno aos demais servidores de sua Unidade. E se não puder assim proceder, deve justificar sua ausência à reunião ou procurar que alguém compareça por ele, para não perder o fio da meada ou mesmo para manter essa qualidade de representação efetiva.

E com relação ao Grupo de Assessoria aos Representantes Sindicais? Como se constitui e qual o seu papel?

O Grupo de Assessoria aos Representantes Sindicais é composto por 2 (dois) Representantes Sindicais de cada Coordenadoria de Educação. Seus integrantes, com mandato de Educação. Seus integrantes, com mandato de um ano, serão eleitos dentre os Representan-tes Sindicais pelos filiados à APROFEM em data a ser divulgada em breve. O seu papel é servir também de intermediário, entre o Sindicato e os Representantes Sindicais; é darlhes um apoio, uma assessoria. Antes de uma Reunião de Representantes Sindicais, a APROFEM convoca uma reunião do Grupo de Assessoria aos Representantes Sindicais para preparar a Reunião de Representantes Sindicais. E isto é muito importante, na medida em que seu papel, em sua região, é inteirar-se das aspirações, das dúvidas e das inquietações dos filiados locais, visando fornecer subsídios para discussões e elaboração da pauta da Reunião de Representantes Sindicais

Representantes Sindicais em Unidades Municipais for do Ensino Municipal

A partir de 2009, a APROFEM incrementará a eleição de 1 (um) Representante por Unidade, com os mesmos direitos e responsabilidades acima descritos. Só devem ser desconsiderados

aspectos como comparecimento à Reuniões bimestrais com dispensa de ponto e outros itens já usuais na SME, embora ainda não viabilizados para a APROFEM nos demais setores

Compromissos do Prefeito para a nova Gestão

Educação

- Acabar planeiadamente com a falta de vagas em creches
- Acabar com o turno da fome e implantar a
- iornada de sete horas no ensino fundamental
- Levar o Programa Ler e Escrever à pré-escola
- Ampliar os CEUs e suas atividades Valorizar os profissionais da educação
- Pré-escola, para crianças de quatro a cinco anos, com seis horas de permanência
- Construir novas EMEFs
- Melhorar a merenda
- Menos alunos por classe
- Ampliar a Prova São Paulo
- Realizar anualmente o Programa
- Melhorar os Programas de distribuição de uniforme, material escolar e leite em casa
- Aperfeiçoar o transporte escolar
- Estender o Programa Aprendendo com Saúde às EMEFs.

Saúde

- Três novos hospitais
- Mais AMAs Especialidades
- Mais AMAs 24 horas
- 50 AMAs Sorriso (odontologia)
- Ampliar o PSF (Programa Saúde da Família), com 100% de cobertura nas regiões de maior carência
- Ampliar as 142 unidades do PSF
- Ampliar o Programa Mãe Paulistana
- Criar o Portal da Saúde (informações do setor)
- Ampliar programas Aprendendo com Saúde, Acompanhamento de Idosos e Agentes Comunitários de Saúde para moradores de rua
- Melhorar o modelo de organizações sociais

- **Cultura** Manter a Virada Cultural e as Quebradas Culturais
- Concluir a recuperação do Teatro Municipal

- Construir teatros na Vila Prudente e Freguesia do Ó
- Intervenção urbanística na Vila Itororó
- Transformar o Vale do Anhangabaú
- em grande praça da cidade
- Projeto Reviver o Centro com a construção da Praça das Artes e Escola de Circo Piolim, restauração dos edifícios do Conservatório, Art Palácio, Sampaio Moreira e Esther
- Filmotecas e discotecas nas bibliotecas
- Mais minibibliotecas nos bairros
- Mais Ônibus-Biblioteca
- Três novos Centros Culturais da Juventude.

Esporte

- Mais Clubes Escola
- Mais profissionais de educação física
- Implantar Centros Olímpicos regionais, sendo um em Cidade Tiradentes
- Rede olímpica municipal
- Acesso a quadras cobertas para escolas da rede municipal.

Participação e parcerias

- Atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica em todas as regiões
- Novos telecentros
- Capacitação nos telecentros, com Programa de Educação à Distância
- Mais escolas técnicas nos CEUs
- Cultura afro-brasileira nas escolas

- Contratar mais 2.000 guardas
- Dobrar o número de bases comunitárias
- Instalar um sistema de vídeo-monitoramento, com até 12 mil câmeras
- Investir em capacitação da GCM e acelerar a reforma do Centro de Treinamento
- Rever o Plano de Carreira da GCM
- Expandir a Guarda Ambiental para os parques e áreas de preservação.

(FSP, 1º/01/2009, Cs)

Vamos acompanhar o cumprimento, com olhar crítico.

Instituto de Previdência Municipal de São Paulo – IPREM

Gestor do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS dos servidores públicos da Capital

O Diário Oficial da União do dia 11 de dezembro de 2008 publicou a Portaria $n^{\underline{a}}$ 402, de 10/12/2008, do Ministério da Previdência Social (MPS), que disciplinou os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos RPPS dos servidores públicos ocupantes de cargos efetivos da União, Estados e Municípios.

A Portaria, dentre outros dispositivos,

- Regime Próprio de Previdência Social RPPS é o regime de previdência, estabelecido no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que assegura, por lei, aos servidores titulares de cargos efetivos, pelo menos, os benefícios de aposentadoria e pensão por morte previstos no art. 40 da Constituição Federal
- O RPPS oferecerá cobertura exclusiva a servidores públicos titulares de cargo efetivo, incluídas suas autarquias e fundações e a seus dependentes.
- Os RPPSs terão caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do ente federativo, dos servidores ativos, inativos e pensionistas.
- Entende-se por unidade gestora a entidade ou órgão integrante da estrutura da Administração Pública de cada ente federativo, que tenha por finalidade a administração, o gerenciamento e a operacionalização do RPPS, incluindo a arrecadação e gestão de recursos e fundos previdenciários, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios.
- É vedada a utilização de recursos previdenciários para custear ações de assistên-

- cia social, de saúde, de assistência financeira de qualquer espécie e para conces-são de verbas indenizatórias, ainda que decorrentes de acidente em serviço.
- Salvo disposição em contrário da Constituição Federal, o RPPS não poderá conceder benefícios distintos dos previstos no RGPS, ficando restrito aos seguintes:

✓ Da Concessão de Benefícios

- I quanto ao segurado:a) aposentadoria por invalidez;
 - b) aposentadoria por idade;
 - c) aposentadoria por tempo de contribuição e idade;
- d) aposentadoria compulsória; e) auxílio-doenca:
- f) salário-família; g) salário-maternidade;
- II quanto ao dependente:
 - a) pensão por morte; b) auxílio-reclusão.
- ✓ Da Auditoria

O MPS exercerá a orientação, supervisão e acompanhamento dos RPPS e dos fundos previdenciários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por meio dos procedimentos de auditoria direta e auditoria indireta.

Na mesma data, o DOU publicou também a Portaria nº 403, de 10/12/2008, do MPS, que dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, define parâmetros para a segregação da massa e dá outras providências.

SOOSHIJIH SOOSEIOILA

ELECTION OF THE PARTY OF THE PA

IUDA AARBOO

VIDA

Criança e do Adolescente

LEI № 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990

Dispõe sobre o ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE,

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 240 – Produzír, reproduzír, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquermeio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente:

aduescare l'Alfordre na mesma penasquema gencia, bairlia, rectua, coage, ou de quatro l'a finorine na mesma penasquema gencia, bairlia, rectua, coage, ou de qualquer modo intermedeta a participação de criança ou adolescentenas cenas referidas no caput deste artigo, ou ainda quem com esses contracena.

1 — no exercicio de cargo ou linição pública ou a pretexto de exercê-la; la — prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospita.

1 — prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospita.

1 — prevalecendo-se de relações de parentes consenguino ou alim a de o leceiro gas u, ou por adeção, de tutor, curados, preceptor, empregador da vitima ou de quem, a qualquer outro titulo, tenha autoridade sobre elso, ou com

(Redação dada pela Lei nº 11.829, de 25/11/2008)

Art. 241 – Vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pomográfica envolvendo criança ou adoles-

ite: Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

1º Nas mesr

(Redação dada pela Lei nº 11.829, de 25/11/2008)

Arts. 241-A, 241-B, 241-C, 241-D e 241-E - ACRESCIDOS Art. 241-A. Ceferect, troor, disponibilizar, transmit, distribuir, publicar and udivulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou udivulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou teleratirico, fotografía, video ou outro registro que contenha cena de sevo explicito up normográfica envolvendo criança ou adolescente: erclusão, de 3 friês) a 6 (seis) anos, e multa.

I – assegura os meios ou serviços para o armazenamento das fotografias, cenas ou imagens de que trata o capul deste artigo.

II – assegura, por qualquer meio, o acesso por rede de computadores às fotografias, cenas ou imagens de que trata o caput deste artigo.

Na páginas 47 a 60 do **Manual Informações Úteis - Vida Funcional**, partes do texto(onde não ocorreram alterações)

im para a **Agenda APROFEM 2009**)

<u>zaçao татрет раға</u>	HSPM	Receita Federal	Serviço Funerario	PMSP - Informaçõe	Ambulância (CECC	Corpo de Bombeiro	Disque-Denúncia	Eletropaulo	Polícia Civil	Polícia Militar	Defesa Civil	Sabesp		DRF Butantã	DRE Capela do So	DRF Fó/Brasilândia	DRE São Miauel Pa	DRF Pirituba/Jarad	DRF São Materie	
IELEFONES OFEIS (Atualização também para	APROFEM (sede)3292-5500	APROFEM online www.aprofem.com.br	APROFEM Convenios	S.M.E5549-7399		S.M.G3396-7000	Gabinete do Prefeito 3113-8000		(Fax)3334-7132	DRH3396-7000	CONAE5080-5001	CONAE 23231-0522	DSS (Departamento de Saúde do Servidor)3257-5155	Proced3396-1600	Conselho Municipal de Educação3672-8998	Localização de Processos	PKEM	Câmara Municipal	Guarda Civil Metropolitana	Gualda Olyil Mell opolitalia

nanz	tualização também para a Agenda Armorem 2003)
5500 m.br	HSPM
5501	
7399	- 3
3792	Ambulância (CEČOM)192
2000	Corpo de Bombeiros193
3000	Disque-Denúncia181
5717	Eletropaulo
7132	Polícia Civil
2000	Polícia Militar190
5001	Defesa Civil199
0522	Sabesp 195
5155	
1600	DRE Butantã3397-8400
8888	DRE Capela do Socorro3397-2900
7500	DRE Fó/Brasilândia 3934-4500/3934-4535
1728	DRE São Miguel Paulista 2037-7001/2297-8969
4000	DRE Pirituba/Jaraguá3868-4368/3871-4038
3300	DRE São Mateus2011-9932/2015-8700

		^	
1.2º As condutas tipificadas nos incisos I e II do § 1º deste artigo são puníveis	ndo o responsável legal pela prestação do serviço, oficialmente notificado,	ca de desabilitar o acesso ao conteúdo ilícito de que trata o caput deste	
(0)	_		

antigo.

Art. 2418 — Adquirir, possuir ou amazena, por qualquer meio, fotografia, videco uo utra forma de registro que contenha cena de sexo explicito ou promo gráfica envolvendo criana ou adolescente.

Pera — reclasso, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 1a A pena é diminuída de 1 (um) a 2/3 (dois terços) se de pequena quantidade on material a que se refere o caput deste artigo.

§ 2º Não há crime se a posse ou o amazenamento tem a finalidade de comunica às audoridades comprentes a correlacida as condidade descritas nos atras. 440, 241, 241, 241 A e 241 C desta Lei, quando a comunicação for fiela por 1 — amento de entidade, legalmente constituida, que inclua, entre suas finalidades institucionais, o recebimento, o processamento e o encaminhamento de londica dos crimes referidos neste parágatos.

......' represendante aggio e un kondiario susponidadores aggiouvecto de actuaso ou serviço prestado por meto de rede de computadores, ade o recebimento do Praterial relativo à noticia feita à autoridade policial, ao Ministério Público ou ao Profecial diciário.

A carga horária semanal de trabalho não poderá exceder a 70 (setenta) horas (relógio).

Jornada Inicial Jornada Básica 24 h/relógio +9 suplementares

JB.20 JBD.30 JEIF.40 JB.30*** REDE MUNICIPAL

O acúmulo de cargos deverá ser declarado no momento em que se configurar a situação, para que o servidor não fique sujeito a penalidades administrativas.

Saiba: o acúmulo de cargos só se caracteriza

no serviço público

ACÚMULO DE CARGOS PÚBLICOS

Acumulação permitida de cargos/funções públicas

Página 5 (ATUALIZACÃO)

FUNCTONAL

MIDA

Direitos e Benefícios dos Servidores Municipais

Em nosso site você encontra, atualizada, a versão na íntegra do *Manual Informações Úteis – Vida Funcional*

Neste *Encarte*, publicamos assuntos onde ocorreram atualizações, alterações/inclusões.

Poderloutidario.

3. PA As pessoas referidas no § 2º deste artigo deverão manteri sob sigilo o marteri lificio referior.

Art. 241-C. Simular a participação de criança ou adolescente em cena de sexo explicito ou prongráfica por meio de adulteração, montagem ou modificação de fotografia, video ou qualquer outra forma de representação visual:

Pena – recclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

Pena – recclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

Art. 241-D. Alicia, asedar, mitigar ou constranger, por qualquer meio, adquire, possui ou amazera on meirada produzed na forma do captu deste adition.

Art. 241-D. Alicia, asedar, mitigar ou constranger, por qualquer meio de pena – recclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

Pena – recclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

Franca de come de particar a do libidinoso:
Pena – recclusão, de 1 (um) a 10 (três) anos, e multa.

Franca de come de particar a do libidinoso: explicito ou pomongárica com o fim de come de particar al o libidinoso; explicito ou pomongárica como o fim de come da particar al o libidinoso.

II. partica ac o'inclusa descritas no caput deste artigo com o fim de induzir crianca activato de forma portrográfica ou exculmente explicita.

Art. 24 1 E. Para efelio das crimes previscos reala eta, a expressão "cena de exe explícito ou pornográfica or comperente qualques fusação que envolva criança ou partigações com en aivivades sexuais explícitas, reals ou simuladas, ou crianção qualques fusidos este envolva

Acrescidos pela Lei nº 11.829, de 25/11/2008

Obs.; SIM - Considerado líctio pela CAAC, condicionado à existencia de compatibilidade de horário. NÃO - Considerado tileito pela CAAC. Sejane inestitudiose 20 — Jornada Básica do Professor Domeno 20 20 — Jornada fascia do Domenio 20 20 — LIPF 40 — Jornada Especial Integral de Formação en especial professor 20 20 — Jornada fascia da 30 Dronas de trabalho semanais de opereszone 1814 — Jornada Especial de da floras de trabalhos semanais — 18.40 — Jornada Especial de da floras de trabalhos semanais (*)- Considerar *SIM*, em caso de Acúmulo de Vencimentos com Proventos de Aposentadoria (**)- Jomada do Professor de Educação Infantil. JB.20 SIM JEF.40 SIM JEF.40 SIM JEF.40 SIM JEF.40 SIM Vedada – percepção de proventos de aposentadoria com remuneração de cargo, emprego ou função pública, exceto os casos acima, cargos eletivos e cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação <u>e</u> exoneração. professor x professor
 professor x cargo tecnico ou científico
 dois cargos ou empregos privativos de profissionais
 da saúde, com profissões regulamentadas quem ingressou novamente no serviço público antes de 16/12/ 1998 não está sujeito à essa norma.

• Diretor, CP e AD não podem acumular cargos/funções docentes na mesma Unidade Educacional. • um cargo de juiz com função de magistério exigência - compatibilidade de horários

AUXÍLIO-REFEIÇÃO

"Benefício vinculado a jornadas semanais de trabalho."

- Jornada de 30 horas semanais ou mais → recebimento
- integral do valor por dia trabalhado.

 Jomada total igual ou superior a 30 horas semanais no caso de actimulo lícito de cagos/empregos/funções públicas na PMSP → recebimento integral do valor por dia
 - trabalhado. Servidor que trabalha em regime de plantão de 12 horas ou mais, independente da jornada de trabalho → recebi-mento do Auxilio-Refeição para cada período de 6 (seis) horas prestadas ininterruptamente.
 - -Quando apenas em uma JB.20, não têm direito ao re- Professores
 - Servidor em R.D.P.E.

Valor em junho de 2008 Integral R\$ 10,47

Professor em acúmulo lícito de cargos, recebe o Auxílio-Refeição apenas por um dos cargos.

J-40

- Valores recebidos indevidamente serão devolvidos, corrigidos monetaniamente no mês seguinte, de uma só vez. (**) gridores requisitados pela Justiça Eleitoral para o periodo de eleições, os autorizados a participar de Tribunal de Juri (convocados) ou para dosr sangue (Decreto nº 24.146/1987); o dia em que o servidor comparecer ao Departamento de Sadde do Servidor (DSS) ou Hospital do Servidor Publico Municipal (HSPM) para consulta, exames ou tratamento médico, fazem jus ao Auxilio-Refeição.
 - Demais afastamentos como: férias, casamento, luto, li-cenças em geral, folgas do TRE, faltas ou a qualquer outro en pera de la companio de Auxilio-Refeição. Servidor que trabalha em Unidade que mantenha estrutura
 - especialmente destinada ao fornecimento de refeição gra-tuita não receberá Auxílio-Refeição.
- não havendo responsabilidade do servidor, atente para o Art. 96 da Lei $\rm n^2$ 8.989, de 29 de outubro de 1979, que permite parcelamento de reposições devidas à Fazenda Municipal.

Na página 10 do **Manual Informações Úteis – Vida Funcional**, continuação do texto (onde não ocorreram alterações)

PROFE SINDICATO DOS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO

Intormações Úteis — Janeiro/2009

È a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e que deverá **obrigatoriamente** ser instalada em Unidades com mais É a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

de 20 servidores. No caso de Unidades com menos de 20 servidores, estas ficarão sujeitas à CIPA da Unidade a que estiverem subordinadas. Atividades - todas no sentido de levantar, propor e contro-

lar situações que possam causar acidentes de trabalho aos servidores. Composição - representantes dos servidores e da Adminis-

tração, na proporção de 1 membro para cada 20 servidores, tendo no mínimo 4 e, no máximo, 26 membros. secreta, através de lista nominal dos inscritos, vedada a formação de chapas. Eleição -

são eleitos os mais votados e, se ocorrer empate, assumirá o que tiver maior tempo na Prefeitura.

- 2 anos, permitida a reeleição somente para a representação dos servidores. Duração do mandato

Página 12 (ATUALIZACÃO)



dato, a não ser que cometam falta grave, devidamente apurada e que resulte na aplicação das penas de demissão ou dispensa, ou em caso de exoneração ou dispensa a pedido do próprio servidor. Os titulares da representação dos servidores da CIPA não poderão ser transferidos de setor tura até 2 anos seguintes ao término do manou exonerados, desde o registro da candida

Não se enquadram na situação descrita:

servidores ocupantes de cargos de livre provimento em comissão, contratados por emergência e empregados de empresas prestadoras de serviços, assim bem como casos de excedência nos módulos da Unidade.

EVOLUÇÃO FUNCIONAL

Página 14 (INCLUSÃO

ATENÇÃO

O direito à evolução pelas normas aqui colocadas é devido, excepcionalmente, para quem implementou os requisitos até 30/09/2008.

P - Em que consiste? R - A Lei nº 14,660, de 26 de dezembro de 2007, com as alterações introduzidas pela Lei nº 14,175, de 8 de abril de 2008, dispoe que é a passagem dos integrantes do Quadro dos Profissionais da Educação, de uma para outra referência de rencimentos imediatamente superior

P - Quais são as condições mínimas para ter direito à evolução funcional?
R - • Cumprimento do estágio probatório (3 anos de efetivo QUADRO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

exercício) para pedir a primeira evolução; • Interstício mínimo de 1 (um) ano na referência para

novo enquadramento;

Tempo e/ou Títulos: de acordo com as tabelas a seguir.

Anexo Único do Decreto nº 50.069, de 1º/10/2008

TABELA I - TEMPO

				Pro	Prof. Cat. 3	Coord. Pe	Coord. Pedagógico	Diretor	Diretor de Escola	Supervis	Supervisor Escolar
		Prof.	Prof. Cat. 2	Ref.	H	Ref.	F	Ref.	۲	Ref.	٠
		Ref.	١	QPE	-	QPE	-	QPE	-	QPE	-
Prof.	Prof. Cat. 1	QPE	-	21	22	22	22	22	22	22	22
Ref.	١	20	22	20	20	21	18	21	16	21	15
QPE		19	20	19	16	20	15	20	12	20	9
18	22	18	16	18	12	19	12	19	80	19	2
17	20	17	12	17	8	18	6	18	4	18	0
16	16	16	80	16	2	17	9	17	0		
15	12	15	2	15	က	16	က				
14	80	41	2	14	0	15	0				
13	ວ	13	0								
12	က										
Ξ	0										

TABELA II - TÍTULOS

						Prof	Professor Cat. 3	at. 3	၀ိ	Coord. Pedagógico	gógico	Dire	Diretor de Escola	scola	Sup	Supervisor Escolar	Escolar
			Pro	Professor Cat. 2	at. 2	Ref.	Pontos	tos	Ref.	Pontos	tos	Ref.	Pon	Pontos	Ref.	Po	Pontos
			Ref.	Pon	Pontos	QPE	1º End.	Subs.	QPE	1º Eng.	Subs.	QPE	1º Eng.	Subs.	QPE	1º End	Subs.
Prof	Professor Cat. 1	at. 1	QPE	1º Eng.	Subs.	21	0.66	9.0	22	103.5	22.5	22	85.5	13.5	22	76.5	9.0
Ref.	Pontos	tos	20	99.0	9.0	20	0.06	18.0	51	81.0	13.5	51	72.0	18.0	51	67.5	22.5
QPE	1º Enq.	Subs.	19	90.0	18.0	19	72.0	18.0	20	67.5	13.5	20	54.0	18.0	20	45.5	22.5
18	99.0	9.0	18	72.0	18.0	18	24.0	18.0	19	54.0	13.5	19	36.0	18.0	19	22.5	22.5
17	90.0	18.0	17	54.0	18.0	17	36.0	13.5	18	40.5	13.5	18	18.0	18.0	18	1	1
16	72.0	18.0	16	36.0	13.5	16	22.5	13.5	17	27.0	13.5	17	ı	ı			
15	54.0	18.0	15	22.5	13.5	15	9.0	9.0	16	13.5	13.5						
14	36.0	13.5	14	9.0	9.0	14	ı	ı	15	ı	ı						
13	22.5	13.5	13	ı	1				1								
12	9.0	9.0															
÷	ı	ı															

Lei nº 14.660, de 26/12/2007

BBBO UU h LL 45 N **H** 660 91 ш

TANGLE NATIONAL

MILLA

Com alterações instituídas pela Lei nº 14.876, de 05/01/2009

GILBERTO KASSAB, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municípal, em sessão de 18 de dezembro de 2007, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

CAPÍTULO ÚNICO

Art. 11. Esta lei altera as Leis nº 11,229, de 26 de junho de 1992; nº 11,434, de l'ide denorembro et 993; nº 17,229, de 26 de junho de 1997; nº 13,156, de 06 de julho de 1997; nº 13,556, de 27 de dezembro de 2011; nº 13,500, de 8 de janeiro de 2003; nº 13,574, de 12 de maio de 2003 e nº 13,636, de 19 de dezembro de 2003; reorganizando o Quadro do 8 Porfissionais de Educação e respectivas carreiras, e consolida o Estautro do Magisteiro Público do Municipio de São Paulo.

"§ 34. Em regime de accúmulo lícito de cargos da Classe dos Gestores Educa-cionais ou cargos técnicos ou científicos. o Profissional de Educação docente não poderá optar pela Jornada Especial Integral de Formação."

"Art. 25. O ingresso na Jornada Especial de Hora-Aula Excedente e na Jorna-da Especial de Hora-Trabalho Excedente dar-se-á por atribuição, mediante anu-ência do profissional, na forma que dispuser ato do Secretário Municipal de Edu-Acrescentado pela Lei nº 14.876, de 05/01/2009.

Parágrafo único. Não poderão ingressar nas jornadas referidas no "caput" des te artigo os docentes:

I - portadores de laudo de readaptação;
I - cupic argan pordate de trabalho semanal, em regime de acimulo lícito de cargos, inclusive considerande eventuals vinculos com outros entres ederativos, executa considerando eventuals vinculos com outros entre sederativos, executa. En limito presso na Jornad B Especial del Tabalho Exceleinte dar-se-a por convocação do Diretor de Escola para o desenvolvimento de projeto pedagógico, apos sudorização do Supervisor Escolar e mediante anuelna do docente. Parágrafo unico. Não poderão ingressar na Jornada Especial de Tabalho Exce-Parágrafo unico. Não poderão ingressar na Jornada Especial de Tabalho Exce-Parágrafo unico. Não poderão ingressar na Jornada Especial de Tabalho Exce-Parágrafo unico. Não poderão ingressar na Jornada Especial de Tabalho Exce-Parágrafo unico. Não poderão ingressar na Jornada Especial de Tabalho Exce-Parágrafo unico. Não poderão ingressar na Jornada Especial de Tabalho Exce-Parágrafo unico. Não poderão ingressar na Jornada Especial de Tabalho Exce-Parágrafo unico. Não poderão ingressar na Jornada Especial de Tabalho Exce-Parágrafo unico. Não poderão ingressar na Jornada Especial de Tabalho Exce-Parágrafo.

l - portadores de laudo de readaptação;

 II - cuja carga horária de trabalho semanal, em regime de acúmulo lícito de cargos, inclusive considerando eventuais vinculos com outros entes federativos, excedam o limite previsto no art. 19 desta lei.

Nova redacão, dada pela Lei nº 14.876, de 05/01/2009.

"Art. 97. Fica caracterizada a excedência de lotação de docemies e de gestores educacionais titulares dos cargos de Coordenador Pedagógico e de Sopervisor Escolar, na respectiva unidade educacional ou Diretoria Regional de Educação, nas

- docentes:

a) quando houver alteração no quadro de lotação desses cargos, na hipótese de redução do número de classes, blocos de aula ou furmas;
b) quando o número de docentes lotados e no exercicio das atribuições própeise do cargo ma unidade ultrapassar a quantidade fixada para a composição do Quadro de Lotação de Servidores da unidade educacional, fixado na forma do art. 96 desta lei;

II - Coordenador Padagógico e de Supervisor Escolar, quando o número desses gestores educacionais, lotados e no exercício das atribuições próprias do cargo aumidade educacional ou Diretoria Regional de Educação, ultrapassar a quantidade fixada para a composição do Quadro de Lotação de Servidores, fixado na forma do art. 96 desta lei:

Nova redação, da da pela Lei nº 14.876, de 05/01/2009.

"Art. 99. Os Profissionais de Educação das Classes dos Docentes e dos Gesto-res Educacionals considerados excedentes serão inscritos de ofício em concurso de remoção, garantida prioridade na escolha."

Nova redação, dada pela Lei nº 14.876, de 05/01/2009.

Art. 100. A valorização dos Profissionais de Educação, a que se refere o artigo 40 desta lei, será assegurada mediante: I - formação permanente e sistemática;

II - condições dignas de trabalho;

III - progressão na carreira;IV - piso salarial profissional;

V - garantia de proteção da remuneração, em especial contra os efeitos in-

VI - exercicio do direito à livre negociação entre as partes;
VI - direito de grave.

§ 1º. O lois salarial profissional, a que se refere o inciso IV deste artigo, será fixado anualmente, no mês de maio, em negociação coletiva, que será submetida à aprovação de damara Municipal.

§ 2º. O lois o salarial profissional será requistado de acordo com a legislação que rege os realistes salariais dos servidores municipals.

Anexo la que se refere o artigo 4º da Lei nº 14,876, de 05/01/2009, que substitui a Tabela A – Quadro de Apolo à Educação, do Anexo I da Lei nº 14,709, de 03/04/2008.

TABEL	.A A - QU	ADRO DE	TABELA A - QUADRO DE APOIO À EDUCAÇÃO	EDUCAÇ,	ÃO
	JORNA	DA DE 40 I	JORNADA DE 40 H SEMANAIS	s	
REF/GRAUS	A	В	၁	Q	В
QPE-01	556,13	592,28	630,77	671,75	715,43
QPE-02	592,28	630,77	671,75	715,43	761,93
QPE-03	630,77	671,75	715,43	761,93	811,46
QPE-04	671,75	715,43	761,93	811,46	864,19
QPE-05	715,43	761,93	811,46	864,19	920,39
QPE-06	761,93	811,46	864,19	920,39	980,21
QPE-07	811,46	864,19	920,39	980,21	1.043,92
QPE-08	864,19	920,39	980,21	1.043,92	1.111,78
QPE-09	920,39	980,21	1.043,92	1.111,78	1.184,05
QPE-10	980,21	1.043,92	1.111,78	1.184,05	1.261,02
QPE-11	1.043,92	1.111,76	1.184,04	1.261,02	1.342,98
QPE-12	1.111,76	1.184,04	1.261,02	1.342,98	1.430,26
QPE-13	1.184,04	1.261,02	1.342,98	1.430,26	1.523,22
QPE-14	1.261,02	1.342,98	1.430,26	1.523,22	1.622,22

Anexo II aque se refere o artigo 4º da Lei nº 14.876, de 05/01/2009, que substitui a Tabeia "E" do Anexo III da Lei nº 14.860, de 28/12/2007, em relação ao cargo de Professor de Bandas e Fanfarras.

lab	eia E – Cargos de Provimento em Comis	sao do	unaaro	ao Ma	labela E – Cargos de Provimento em Comissão do Quadro do Magisterio Municipal destinados a extinção da vacancia	acancia
	Situação Atual				Situação Nova	
Nº de	Denominação do Cardo	Ref.	Parte Tabela	Nº de	Denominação Ref. do Cardo	Parte Tabela
100	Professor de Bandas e Far		I dd	100	Professor de Bandas e Fanfarras	Idd
	a) Categoria 1	QPE-11			a) Categoria 1 QPE-11	_
	b) Categoria 2	QPE-13			b) Categoria 2 QPE-13	83
	c) Categoria 3	QPE-14			c) Categoria 3 QPE-14	4

Na páginas 31 a 46 do **Manual Informações Úteis - Vida Funcional**, partes do texto (onde não ocorreram alterações

Janeiro/2009 – Informações Úteis

Direitos e Benefícios dos Servidores Municipais

ICENCA-GESTANTE

Quem tem direito – servidora gestante, entre o 8° mês (32° semana de gestação) e o 10° (décimo) dia do puerpério, comprovado este por certidão de nascimento, salvo prescrição nédica em contrário.

Duração/Vencimentos → 180 dias, com vencimentos integrais.

Responsáveis pela concessão da licença ■ antes do parto → DSS

- após o parto, para servidora afastada sem prejuízo de vencimentos, direitos e demais vantagens do cargo junto a outro órgão público → DRH/SMG. após o parto → Chefia Imediata
- Criança que nasce viva e vem a falecer
- se a servidora estiver em licença-gestante, interromper a licença-gestante e solicitar licença-nojo.
- solicitar licença-gestante da data de nascimento até o dia anterior ao do óbito; se não estiver em licença-gestante:
 - solicitar licença-nojo a partir do dia do óbito

Natimorto - solicitar licença-nojo, estando ou não em cença-gestante.

Obs.: após a licença-nojo, se necessário, solicitar licença médica para tratamento da saúde.



Saiba mais tante, sem prejuízo de vencimentos e demais de função, pelo tempo necessário, por reco-mendação médica e dispensa do horário de trabalho pelo tem-po necessário para realização de, no mínimo, seis consultas mé-Assegura-se à servidora e à empregada gesdicas e demais exames complementares. Servidora com jornada igual ou superior a 30 horas semanais, terà direito à redução de no máximo uma hora por dia de trabalho, para amamentar o bebê até 12 meses de idade, prazo que pode ser prorrogado a critério do DSS. (Lei $\rm n^{2}$ 13.861, de 29/06/2004)

No caso de encontrar-se em férias, a servidora terá as mesmas interrompidas para iniciar a licença-gestante e os dias res-tantes das férias serão usufruídos em época oportuna.

.ICENÇA - MATERNIDADE

pré-termo.

Recém-nascido pré-termo → bebê nascido antes de 37 semanas de gestação

Comprovação da idade gestacional → exame Clínico – Capurro, Ballard, Debowic → realizado nas primeiras 48 horas de vida do bebê.

Laudo do pediatra conterá:

- Duração da licença: 180 dias, mais diferença entre o nascimento a termo e a idade gestacional do recém-nascido.

Início - até o décimo dia do puerpério.

No caso de falecimento da criança, aplicam-se os mesmos procedimentos descritos em licença-gestante.

PROFE SINDICATO DOS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO

Página 21(ATUALIZACÃO **ESPECIAL** É a licença à gestante, para mães de recém-nascidos

- classificação do bebê como recém-nascido; número de semanas de idade gestacional apurado.

Vencimentos - integrais.

PROMOÇÃO

Página 27 (AL TERAÇÃO,

IUDA HARBOU

Na página 27 do **Manual Informações Úteis — Vida Funcional** substituir o quadro por

PONTUAÇÃO FIXA PARA CURSOS REFERENDADOS	ERENDADO	S
Cursos	Número de pontos por curso	Valor Máximo
Congressos/Palestras/Seminários/ Fórum/Encontros/Oficinas	2	
Cursos a Distância com carga horária de 10 a 40 horas	7	
Cursos a Distância com carga horária acima de 40 horas	10	
Cursos de qualificação/aperfeiçoamento profissional	25	
Nível Médio/Médio Técnico	09	300 pontos
Cursos Seqüenciais de Educação Superior	80	
Cursos de Graduação Superior	120	
Pós-Graduação/Lato Sensu ou MBA	120	
Pós-Graduação/Stricto Sensu: Mestrado	150	
Pós-Graduação/Stricto Sensu: Doutorado	200	

REMOCÃO

Páqina 29 (ястенясйо)

- "Servidor gostaria de trabalhar em outro local."
- Remoção ida para outra Unidade, dentro do mesmo ór-– É possível? Sim, desde que solicite remoção.

gão de lotação, através de pedido próprio ou "ex-officio".

No Ensino – ocorre anualmente – a pedido. São publicados os Editais e Comunicados orientando sobre procedimentos.

os

Por permuta - pedido dos interessados – concordância das chefias – a critério da Administração. No Ensino, ocorre antes do início do ano letivo ou, excepci-

onalmente, no recesso escolar de julho, para efetivos da carrei. ra do Magistério.

O requerimento de permuta, devidamente preenchido, e após manifestação das chefias, deverá ser protocolado em CONAE-2.

A decisão será publicada no Diário Oficial.

e opção dos solicitantes; efetivo exercício do cargo na Unidade; mesmas habilitações; não estar readaptado com laudo médico temporário; não existir excedente na Unidade; não encontrar se Condições - além das explicitadas em leis – mesma jomada a menos de 3 anos para completar o tempo para fins de aposentadoria; encontrar-se lotado na unidade e em exercício das funções próprias do cargo. a menos de 3

ro dia útil subseqüente, exceto se o servidor estiver em gozo de férias, licença ou em cargo em comissão, quando o exercício ocorrerá no primeiro dia útil após o término do impedimento. Publicada no Diário Oficial – exercício deverá ser no primei-

VALE - ALIMENTAÇÃO

- neração bruta que não ultrapasse 5 (cinco) salários mínimos vigentes à época de sua concessão. □ VALE-ALIMENTAÇÃO é um benefício concedido mensal· mente, no valor de R\$ 201,10, ao servidor que recebe remu-
- . Na página 30 do **Manual Informações Úteis Vida Funcional**. continuação do texto (onde não ocorreram alterações)

Informações Úteis — Janeiro/2009

TABELA III - TEMPO E TÍTULOS COMBINADOS

						Profe	Professor Cat. 3	rt. 3	S	Coord. Pedagógico	gógico	Dire	Diretor de Escola	scola	Sup	Supervisor Escolar	Escolar
			Pro	Professor Cat. 2	at.2	Ref.	-	۵	Ref.	-	۵	Ref.	-	۵	Ref.	-	۵
			Ref.	۰	۵	QPE			QPE			QPE			QPE		•
Prof	Professor Cat. 1	at. 1	QPE			51	22	8.2	23	22	20.5	23	23	12.3	23	83	8.2
Ref.	F	۵	20	22	8.2	8	20	16.4	21	92	12.3	21	16	16.4	21	12	20.5
QPE			19	20	16.4	19	16	16.4	20	12	12.3	20	12	16.4	20	9	20.5
18	22	8.2	48	16	16.4	92	12	16.4	19	42	12.3	19	80	16.4	19	2	ı
17	50	16.4	17	12	16.4	17	80	12.3	18	6	12.3	18	4	1	18	0	1
16	16	16.4	16	80	12.3	16	2	12.3	17	9	12.3	17	0	ı			
15	12	16.4	5	വ	12.3	12	ဗ	ı	16	က	1						
14	80	12.3	14	2	ı	14	0	ı	12	0	ı						
13	2	12.3	13	0	ı												
12	က	ı															
=	0	_															
ĺ																	

- P Como ocorre o enquadramento em referência superior? R De acordo com a opção feita pelo profissional, e pode
- 1. por tempo de efetivo exercício na carreira;
 - 2. por títulos; 3. pela combinação de tempo e títulos
- P Como ocorre o primeiro enquadramento?

inte-R - Pode ser por tempo ou títulos, mediante opção do interessado, sendo o tempo de efetivo exercício no Magistério Municipal garantido como tempo e título. ATENÇÃO: o enquadramento será feito diretamente na referencia correspondente ao resultado obtido ("salto") ou, em não havendo correspondência, na imediatamente inferior.

P - Quantas vezes poderei utilizar a contagem dos pontos dos títulos?

los obtidos pelo profissional durante a permanência na referên-cia. Ao passar para a referência superior, os títulos não utiliza-dos perdem o efeito. R - Apenas 1 (uma) vez. Somente serão computados os títu-

P - Existe alguma exceção sobre os títulos?

R - Sim. Os cursos de graduação (licenciatura plena, presencial ou a distância e bacharelado ou titulado) e os cursos de pos-graduação (mestrado e doutorado), poderão ser computados em qualquer tempo.

P - Quais são os títulos que podem ser pontuados?
R - Todos os seus títulos devem ser cadastrados, através de pedido em sua Unidade e serão pontuados de acordo com a tabela abaixo:

ANEXO V - TABELA A

Дилгоз	VALOR Unitário	VALOR Тотац	COMPROVANTE (CÓPIA AUTENTICADA PELA CHEFIA IMEDIATA)
I- Cursos de Graduação			
a) licenciatura plena	5,0	15,0	
b) bacharelado ou titulado	4,0	12,0	1
II- Cursos de pós –graduação			LOC
a) doutorado	10,0	20,0) op
b) mestrado	8,0	16,0	ijcsi
 c) curso de especialização - lato sensu – presencial ou a distância, en rárea de interesse dealucação, senar – presencial ou a distância, conforme legislação do ensino superior em vigor. 	3,0	0,6	or comun
III- Cursos e eventos na área de interesse da educação			od e
a) extensão universitária presencial, em convênio comSME	0,5	2,0	sbio
 b) cursos presenciais promovidos, reconhecidos ou patrocinados pelo Orgán de fornico da Secretaria Municipal de Educação, com araga horária minima da 12 horas. 	0,5	6,0	ələdstse
c) cursos na modalidade a distância homologados pelo órgão técnico da Secretaria Municipal de Educação, com carga horária mínima de 20 horas	0,5		3 Set
 d) participação em congressos, seminários simpósios, conferências, jornadas, fóruns e cíclos de palestras pomovidos, reconhecidos ou patrocinados pelo órgão técnico da Secretaria Municipal de Educação, com carga horária mínima de 8 horas, na condição de participante ou conferencista/ debatedor. 	0,2	2,0	sm1of sM
IV- Trabalhos realizados em área de interesse da educação			
a) autoria de livros de natureza científica, didática ou literária;	2,0	o c	
b) artigos publicados em livros ou periódicos de natureza científico-cultural	1,0	0,5	
V- Certificado de Valoração Profissional			Na forma a ser
VI- Resultado da Avaliação de Desempenho			regulamentada
VII- Participação em atividades escolares/ regência no Ensino Municipal			
a) regência de classe – referente ao próprio cargo	0,3 (por mês)		Atestado Modelo 1
 b) mériro por docência em classes envolvidas nos Projetos	2,2 (por ano)		Atestado Modelo 2
,			

PELA CHEFIA IMEDIATA) (CÓPIA AUTENTICADA Atestado Modelo 3 Atestado Modelo 3

COMPROVANTE

VALOR

VALOR Unitário

0,3 (por mês) 0,2 (por mês) de assessoria, assistência, encarregatura, direção, chelfa, planejamento, coordenação, orientação técnica e supervisão en Unidades Educacionais, Órgãos Centrais e Regionais da SME, inclusive como X- Exercício de mandato sindical no âmbito da PMSP. Na páginas 14. 15 e 16 do *Manual Informações Úteis - Vida Funcional* continuação do texto (onde não ocorreram alteraçõe

Página 19 (ATUALIZACÃO)

Sábados e domingos - proporcional ao número de h/aula,

ou h/trabalho efetivamente presta

das na semana.

IORNADAS DE TRABALHO DO PESSOAL DOCENTE

mais concentração e dedicação, sem as preocupações que muitas vezes prejudicam o desenvolvimento do seu trabalho. Detalhes específicos referentes à sua **Jornada de Trabalho**: res, poderá desenvolver a sua atividade pedagógica com muito O Professor, quando bem informado de seus direitos e deve-

Férias – média da carga horária efetivamente realizada no ano letivo anterior. Se estiver em JEIF.40, receberá 1/240 do respectivo padrão No caso de JB.30, receberá 1/180 do respectivo padrão de

de vencimentos.

São Jornadas de Trabalho:

JB.30 – Jornada Básica de 30 horas de trabalho; JBD.30 – Jornada Básica do Docente; JEIF.40 – Jomada Especial Integral de Formação;

 Jornada Básica do Professor. JB.20

Qual o horário de trabalho para cada jornada?

O Profissional de Educação docente não poderá desistir da prestação de JEX, HTE ou TEX,

atribuídas ou convocadas.

R. As jornadas têm as seguintes correspondências: JB.30 - 25 horas em regência de turma e 5 h/atividade semanais na Unidade Educacional.

JB.20 – 18 horas-aula e 2 horas-atividade semanais (1 na escola e 1 em local de livre escolha). Total de 120 horas-aula (h/a) mensais.

JBD.30 – 25h/aula e 5 h/atividade semanais (3 na escola e 2 em local de livre escolha). Total de 180 h/aula mensais.

P. De que forma é caracterizada a falta do professor?

R. É considerada falta-dia quando o professor não comparecer ao serviço, ou quando o nº de aulas não dadas atingir o total contido na tabela abaixo, de acordo coma earga horária semanal do mesmo. Faltas decorrentes de faltas-aula não poderão ser

R. E composta pelas horas-aula ou hora processor and in a regular, mais, conforme o caso, horas-atividade, horas-adicionais, JEX, TEX e HTE.

Como se compõe a carga diária do professor?

JEIF.40 – 25h/aula e 15 h/adicionais semanais (11 na escola e 4 em local de livre escolha). Total de 240 h/aula mensais.

O que é JEX, TEX e HTE?

R. JEX é a Jomada Especial de Horas-Aula Excedente, TEX é a Jomada Especial de Trabalho Excedente e HTE é a Jomada Especial de Hora Trabalho Excedente.

TEX corresponde às horas prestadas além da sua carga horária regular em JBD.30, JEIF.40, ou JB-30, para a realização de Projetos Especiais de Ação. JEX corresponde às h/aula prestadas além da sua carga horária regular, em JBD.30 ou JEIF.40.

HTE corresponde às horas prestadas além da JB.30, exclusivamente para regência de turmas nos CEIs.

P. E qual é o limite mensal de atribuição em JEX e/ou TEX s HTE?

Α.

Depende da Jornada:
JBD.30 – até 170 h/aula mensais.
JET.40 – até 110 h/aula mensais.
JB.30 – até 30 horas mensais para TEX;
– até 30 horas mensais para HTE.

Qual é o valor de cada hora da JEX, TEX e HTE? No caso de JBD.30, é igual a 1/180 do padrão de rencimentos.

Nos feriados, pontos facultativos, recessos, afastamentos e licenças remuneradas durante o ano letivo, recebe-se a carga horária total do dia.

PROTE SINDICATO DOS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO

JBD.30 ... JEIF.40 ..

Informações Úteis – Janeiro/2009

Direitos e Benefícios dos Servidores Municipais

VIDA FUNCIONAL

Professor que acumula cargo: a carga horária do dia será sempre considerada para cada cargo, independentemente. É como se fossem duas pessoas.

TABELA DE REN	TABELA DE REMUNERAÇÃO/DESCONTOS DE SÁBADO E DOMINGO
Quan	Quantidade a ser apontada/cadastrada na EM
	até 021
	de 03 a 06
JEX	de 07 a 12 4
TEX	de 13 a 18 6
	de 19 a 23
	de 24 a 2810
Quani	Quantidade a ser apontada/cadastrada no CEI
TI	até 021
nie	de 03 a 05
TEV	até 021
4	de 03 a 05 2

Atestado Modelo 1

4,0 (dois por ano)

2,0

0,5 0,1 Atestado Modelo 1

Atestado Modelo 1

DE ACORDO COM JEX PREVISTAS E ATRIBUÍDAS
dentes
previstas e atribuídas por local de prestação
semanalsemanal
01 a 05
06 a 10 1 (na escola)
11 a 16 02 (1 na escola/1 local livre escolha)
17 a 25 03 (2 na escola/1 local livre escolha)

LIMITES DE H/ATIVIDADE

pelo P. Como ocorre o desconto das aulas não dadas professor?

R. As aulas, nesse caso, serão descontadas da seguinte forma, por aula não dada:

Se en: JB.20 – 1/120 do respectivo padrão de vencimentos; JBD.30 – 1/180 do respectivo padrão de vencimentos; JEIF.40 – 1/240 do respectivo padrão de vencimentos; JE.40/JB.30 - De acordo com o contido em abono/ Recessos escolares intercalados entre faltas justificadas e/ injustificadas: terá descontada dos vencimentos a remuneração a eles correspondente. no

justificação de faltas.

de Formação e de 40 (quarenta) horas de trabalho semanais dar-se-á nas seguintes conformidades: na hipótese da Jornada Especial Integral de Formação – JEIF: a pedido, anualmente, na forma disciplinada por ato do Secretário Municipal de Educação; O desligamento das Jornadas Especiais Integral 👁 Leia sobre Abono/Justificação de Faltas, Atraso e Saída Antecipada e Projetos Especiais de Ação - PEA's (situações em que podem ocorrer desligamentos) DESLIGAMENTOS

• nos afastamentos a que se referem os artigos 66 e 69 da Lei nº 14.660, de 26/12/2007: ial de trabalho; 149 e 153 da em razão de inclusão em outra jornada especial afastamentos previstos nos artigos 47 a 50, 14 Lei nº 8.989, de 29/10/1979.

🗆 na hipótese da Jornada Especial de 40 (quarenta) horas de

trabalho semanais – JE.40:

• na cessação de designação ou exoneração de cargo em comissão, integrante da estrutura da Secretaria Municipal de Educação, para a qual foi o profissional, quando docente.

□ Ficam excetuados do disposto no inciso II deste artigo, os afastamentos previstos nos artigos 64, incisos, II, III, IV, VI, VII, VII, XI, X + A13 d a Lein № 8,989, de 29/10/1979, bem como nas Lieis n² 9,919, de 21/106/1985 e n² 10.786, de 08/05/1989.

Obs.: Opção anual

• En stuação de acúmulo de cargos, a opção pela

• En stuação de acémulo de cargos;

• Portadores de laudo de readaptação ficam impedidos de ingressar na JEIF.40, JEX, TEX e HTE.

LICENCA ADOCÃO / LICENCA GUARDA DE MENOR

Duração - 180 dias a partir da adoção ou guarda judicial.

Condições - servidora pública municipal - titular de cargo efetivo/ou provimento em comissão.

- admitida/contratada, nos termos da Lei nº 9.160, de 03/12/1980 e Lei nº 9.168, de 04/12/1980.

nº de aulas

№ de aulas não cumpridas que caracterizam a "falta-dia":

Jornada semanal

de 30 a 34 h/a. de 20 a 24 h/a de 25 a 29 h/a de 35 a 39 h/a de 40 a 44 h/a de 45 a 49 h/a de 50 a 54 h/a de 55 a 59 h/a

TABELAS

abonadas.

que adotar ou obtiver guarda de menor de até 7 anos (guarda de menor – dará direito apenas se a finalidade for a adoção).

Guarda por período inferior a 180 dias - licença fica reduzida ao número de dias estipulados pelo juiz. Se prorrogada, poderá estender-se por até 180 dias.

Licença guarda + Licença adoção → máximo de 180 dias.

ocorre quando, de posse dos documentos, a servidora demora para o protocolamento, servidora **demora** para o protocolamento, data em que tem início a licença. Licença protocolada após 180 dias da adoção/guarda, será negada. Redução dos 180 dias

pode apresentar cópia, acompanhada original, para autenticação pela Unidade Pessoal. Documentos necessários

Para desconto do sábado e domingo, quando o professor faltar justificadamente/njusticadamente na sexta e na segunda:

08 h/a 12 h/a 16 h/a

1 falta

핑

HTE e TEX - 6h não trabalhadas

9

g g

Certidão judicial, constando a data do Trânsito em Julgado da sentença concessória da adoção;

Página 21(ATUALIZACÃO)

- Termo da guarda e documento judicial especificando que a guarda obtida tem por finalidade a adoção;
 - até o término da licenca).

Licença com base em Termo de Guarda de Menor → nova licença adoção ou guarda será deferida se comprovada a adoção do menor ou justificada a não adoção por motivo relevante impeditivo, a critério do títular da Pasta. Atente para:

Exemplo de nova adoção/guarda após 70 dias do início da primeira licença: 180 dias 180 dias (ou prazo fixado pelo juízo). licença adoção/guarda - 70 dias nova licença adoção/guarda

menores, concomitaniemente, gerará apenas uma licença de 160 días. Se accorrer a cessação de garada ou desfazimento da adoção, durante a licença, protocolar formulario próprio junto à chefia e reassumir as funções.

Ante Saiba que a adoção ou guarda judicial de dois ou mais

ATENÇÃO Avós não podem adotar netos, segundo o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente.
A interessada deverá acompanhar a decisão judicial para não perder dias de Licença Adoção.

